

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

MAYSA NOBRE MENANDRO

**A RELEVÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA VISIBILIDADE DA
POPULAÇÃO LGBTQIAPNB+ NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

SOUSA –PB

2023

MAYSA NOBRE MENANDRO

**A RELEVÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA VISIBILIDADE
DA POPULAÇÃO LGBTQIAPNB+ NO ALTO SERTÃO PARAIBANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientadora: Prof.a Ma. Juliana e Silva de Oliveira

SOUSA -PB

2023

A RELEVÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA VISIBILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPNB+ NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 JULIANA E SILVA DE OLIVEIRA
Data: 04/12/2023 07:46:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ma. Juliana e Silva de Oliveira – UFCG

Professora Orientadora

Documento assinado digitalmente
 REGINALDO PEREIRA FRANÇA JUNIOR
Data: 04/12/2023 10:59:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior – UFCG

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 THALES FABRÍCIO DA COSTA E SILVA
Data: 04/12/2023 13:50:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Thales Fabricio da Costa e Silva

Banca Examinadora

SOUSA –PB

2023

M535r

Menandro, Maysa Nobre.

A relevância dos movimentos sociais na luta pela visibilidade da população LGBTQIAPNB+ no alto sertão paraibano / Maysa Nobre Menandro. – Sousa, 2023.

65 f.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Profa. Ma. Juliana e Silva de Oliveira".

Referências.

1. Movimento Social – População LGBT – Paraíba. 2. Visibilidade da Comunidade LGBTQIAPNB+. I. Oliveira, Juliana e Silva de.

II. Título.

CDU 304-055.34/.36 (043)

Quem é você pra me prender
Me censurar
Dizer o que devo fazer,
Trancafiar?
Não pense que vai me tolher
Engatilhar
Talhar em mim teu preconceito
Em detrimento da plenitude de ser
Não vou calar!
Só eu posso falar por mim
Me revirar
Se instaura a nova era
Transverberará
A minha vida o meu direito
De andar livre pelas ruas do país
Sem ser um número de sangue dos jornais
Eu sou amor, eu sou a cor dos carnavais
Toda fulô merece ser feliz
E andar livre pelas ruas do país
Sem ser um número de sangue dos jornais
Eu sou amor, eu sou a cor dos carnavais

TRANsverberAR - ELON BARBOSA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e todas as outras divindades (na qual eu acredito) pela dádiva da vida e por sempre me acompanharem durante os meus 24 anos. Agradeço aos meus pais, que apesar dos pesares, sempre me ensinaram que sem estudo a gente não chega a lugar nenhum, as minhas tias por não me deixarem desistir dos estudos nos momentos de dificuldade.

Um agradecimento mais que especial a minha prima/ gêmea Juliana, que sempre foi e será minha inspiração na vida, obrigada por não soltar minha mão. As minhas primas de sangue e coração, que sempre me deram conselhos e me estimulam a não desistir. A minha irmã Mariana, espero que um dia eu seja sua inspiração hehe.

Acredito muito no destino, assim como Chico Xavier disse “ninguém cruza nosso caminho por acaso e nós não entramos na vida de ninguém sem nenhuma razão”, tenho certeza que todos que, de alguma forma entraram na minha vida colaboraram com meu crescimento e me fizeram ser quem eu sou hoje.

Aos meus amigos de longa data, Angela, Davi, Vinicius e Eryck, Julio e as meninas do grupo GITH, obrigada pela amizade, os conselhos, as risadas e os abraços durante esses longos anos.

As meninas do “gays on tour”, May, Myle, Rafa, Mafe, Gabi e Lara, obrigada por acreditarem no meu potencial e pelos momentos de surto e alegria (por que somos apaixonadas por cantores que nos fazem surtar todos os dias) a gente se encontra ano que vem...

Quando iniciei a graduação pensei que seria difícil, porém algumas pessoas mudaram meus pensamentos e me fizeram suportar isso com mais leveza, para minha panelinha da sala, Ivana, Vitoria, Fabrícia, Hellen e Dani, a gente conseguiu chegar até aqui juntas, sozinha eu não seria capaz obrigada por tudo. Aos demais colegas, desejo sucesso nessa nova jornada.

Ao Centro Acadêmico, obrigada por toparem essa loucura comigo, tenho certeza que ajudamos a moldar o pensamento de diversos alunos do curso. Aos funcionários do campus, obrigada por me acolherem tão e serem minha família durante esses anos.

Um agradecimento mais que especial a Clarinha e Carol, meus dias não serão mais os mesmos sem morar com vocês, mandarei mensagens todos os dias, sou eternamente grata por ter vocês. Aos meus amigos residentes, Bia, Kalliny, Bruno, Lavinia, Antonia, Maria, Allyson, Brenda, Vitoria, Roberto, William e Dani vocês têm um lugarzinho especial no meu coração, obrigada por todos os momentos e memórias criadas, obrigada pelas risadas.

Foram longos 5 anos nessa graduação e nesse tempo conheci pessoas incríveis que levarei pra vida, em especial meus professores, Reginaldo, Juliana, Conceição, Franciele e Anderson, obrigada pelos puxões de orelha, pelo acolhimento e pelo aprendizado, tenham a certeza que tudo que aprendi durante essa jornada irá trazer bons frutos.

Aos que surgiram recentemente em minha vida, mas me marcaram de forma intensa, Clarissa, Fernanda, Vani e os demais (se eu for citar todo mundo, ocuparia umas 5 páginas) obrigada pelas risadas, farras e conselhos.

Um agradecimento especial a minha orientadora, que topou entrar comigo nessa ideia que no início não fazia sentido, obrigada por me acolher de todas as formas, serei eternamente grata por isso.

Eu não podia finalizar os agradecimentos sem citar minha estrelinha Pietra, de onde você estiver espero que esteja vendo, a dinda está fazendo isso por você também.

Aah já ia esquecendo do meu gato, meu filhotinho a mamãe conseguiu...

Ps. Acho que essa talvez seja a parte mais difícil de escrever neste TCC.

RESUMO

Diante do avanço da sociedade alguns grupos continuam esquecidos e vulneráveis socialmente, como é o caso da população LGBTQIAPNB+, que através da sua luta, por meio dos movimentos sociais, vem conquistando mais visibilidade na garantia direitos, no entanto, de forma ainda insuficiente. Este trabalho pretende compreender como os movimentos sociais são importantes na visibilidade da comunidade LGBTQIAPNB+ do sertão da Paraíba, diante do preconceito enraizado na região, trazendo a historicidade do movimento social e dos fatores que levam à invisibilidade social deste grupo. A pesquisa é de cunho qualitativo, produzida com base em pesquisa bibliográfica e o método utilizado é o materialismo histórico dialético, pois tem o intuito de entender a realidade através de suas influencias externas sendo elas econômicas, políticas e culturais. Apesar das diversas conquistas alcançadas através da luta dos movimentos, parte da comunidade ainda encontra dificuldades em acessa-los devido a diversos fatores, sendo um deles o preconceito. Diante dos desafios encontrados durante a pesquisa espera-se que a mesma seja relevante para trabalhos futuros sobre a temática, levando em consideração que o acervo de pesquisas relacionadas ao movimento LGBTQIAPNB+ no Sertão nordestino é escassa.

Palavras-Chave: Movimento Social, população LGBTQIAPNB+, Paraíba.

ABSTRACT

In the face of advances in society, some groups continue to be forgotten and socially vulnerable, as is the case with the LGBTQIAPNB+ population, which through its struggle, through social movements, has been gaining more visibility in guaranteeing rights, although still insufficiently. This paper aims to examine the significance of social movements in promoting the visibility of the LGBTQIAPNB+ community in the Paraíba hinterland despite the prevalent prejudice in the region. It discusses the historical background of social movements and the factors contributing to the social invisibility of this marginalized community. The study employs qualitative research and relies on bibliographical sources as well as the dialectical historical materialism approach to comprehend the effects of external influences, including economic, political, and cultural factors, on reality. Despite the movements' progress, certain members of the community face obstacles to accessing these advancements caused by prejudice and other barriers. Given the challenges encountered during the research, future work on the LGBTQIAPNB+ movement in the northeastern Sertão will benefit from this study, particularly considering the limited body of research available on the subject.

Keywords: Social movement, LGBTQIAPNB+ population, Paraíba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de descumprimento de preceito fundamental

ALH – Ação de Liberdade Homossexual

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APOLGBTSP – Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

ASTRAPA – Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba

ATRAS – Associação de Travestis e Transfor

CAL – Conselho de Arte e Luta

Comitê Estadual de Saúde Integral da População LGBT

CORAL – Convergência do Orgulho Rosa, Azul e Roxo

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DPLGBT - Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT

DST – Doenças sexualmente transmissíveis

GALF- Grupo de Ação Lésbica-Feminista

GGB - Grupo Gay da Bahia

INAMPs – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

IST – Infecções sexualmente transmissíveis

LF – Grupo de Lésbicas Feministas

LGBTQIAPNB+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias e o + abrange todas as demais orientações e identidades de gênero

MEL – Movimento Espírito Lilás

MovBi – Movimento Bissexual da Paraíba

ONG – Organização Não Governamental

RE – Regime Extraordinário

SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de

PernambucoSTF - Superior Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. INVISÍVEIS ATÉ QUANDO?	17
2.1 INDIFERENÇA COMO FORMA DE VIOLÊNCIA.....	17
2.2 INVISIBILIDADE SOCIAL DA COMUNIDADE LGBT E SEUS ASPECTOS	21
2.3 NORDESTINOS E LGBTQIAPNB+, DUAS COMUNIDADES CHEIAS DE ESTIGMAS	25
3. MOVIMENTE-SE ATÉ CHEGAR AONDE QUISE	30
3.1 BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTQIAPNB+ NO BRASIL.....	30
3.2 MOVIMENTO LGBTQIAPNB+ NA PARAÍBA	37
3.3 A LUTA NOS DIAS ATUAIS	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

Qualquer maneira de amor vale aquela

Qualquer maneira de amor vale amar

Qualquer maneira de amor vale a pena

Qualquer maneira de amor valerá...

Qualquer maneira de amor vale o canto

Qualquer maneira de amor vale cantar

Qualquer maneira de amor vale aquela

Qualquer maneira de amor valerá.

Paula e Bebeto

Milton Nascimento

1 INTRODUÇÃO

Diante das vivências adquiridas no âmbito acadêmico e no movimento estudantil, em pleno alto sertão paraibano, urge a necessidade de pesquisar sobre os movimentos que englobam esta região. Como já existia um desejo de também pesquisar sobre a comunidade LGBTQIAPNB+, a ideia de unir os dois me levou a conhecer profundamente a importância de ter voz na sociedade, é a partir disso que nasce este trabalho.

Tendo ciência que apesar de estarmos em pleno século 21, e uma parte da sociedade já compreende e respeita as pessoas LGBTQIAPNB+, a sigla diz respeito a lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binárias, usando a adição para abranger as demais identidades de gênero e orientação sexual (a sigla pode ser modificada antes da publicação deste trabalho). A violência ainda se faz presente para a comunidade e em níveis acentuados, principalmente no Nordeste e, apesar da legislação brasileira contar com uma lei que a criminaliza e pune a homotransfobia, a justiça apresenta dificuldades para efetivá-las. Para entender toda a trajetória dos direitos LGBTQIAPNB+, é fundamental analisar como os mesmos foram conquistados, com essa finalidade, é de suma importância conhecer e compreender a luta dos movimentos LGBTQIAPNB+, tendo em vista que sem eles, dificilmente se conseguiria ter os direitos conquistados atualmente.

A referida pesquisa é de cunho bibliográfico e tem como objetivo geral analisar a relevância dos movimentos sociais na luta pela visibilidade da população LGBTQIAPNB+ no alto sertão paraibano, para além, entender como a invisibilidade afeta esse grupo; compreender as demandas dos mesmos no estado da Paraíba, bem como induzir a uma reflexão acerca da importância dos movimentos sociais para as minorias. Para isso foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática escolhida, visando o aprofundamento sobre a historicidade dos movimentos LGBTQIAPNB+ com o passar dos anos e suas conquistas.

Todos os artigos científicos, livros, textos, teses e noticiários utilizados foram encontrados em meio digital e estão disponíveis em bibliotecas digitais e

físicas. Dentre os principais autores escolhidos para nos guiar temos Chauí (2019) e Yamamoto (2007) com suas definições de violência, Dantas (2020) que traz a análise sobre a formação social do Nordeste, com sua raiz heteropatriarcal, para entender a história do movimento os principais autores citados no texto são: Quinalha (2018), MacRae (2018), Nogueira (2018-2022) Oliveira (2017) e Araújo (2017).

Quanto à abordagem, será qualitativa, visto que nas palavras de Triviños (1987), esta tem uma abordagem na qual se trabalha os dados buscando seu significado, e tem como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Além disso, segundo Minayo (1994, p.21) as pesquisas qualitativas contribuem com “o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” levando em consideração que ela com a realidade que não se descreve em quantidade. De natureza básica e cunho exploratório, tendo em consideração que, segundo Mattar (2001) os métodos utilizados por ela são amplos e versáteis, o que pode auxiliar na análise e conclusão desse trabalho.

O método escolhido é o materialismo histórico dialético, levando em consideração as reflexões de Gil na qual expõe que este método viabiliza um meio de interpretação totalizante da realidade, “já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (GIL, 2008, p. 14).

O presente trabalho será dividido em duas partes. A primeira, trará a discussão sobre como a invisibilidade compromete a garantia no acesso aos direitos básicos e políticas específicas no sertão paraibano. Perante a isso, faremos uma breve análise sobre como a invisibilidade se encaixa como uma forma de expressar a intolerância, caminhando entre o ponto de vista social e psicológico. Transpassando para como a raiz heteropatriarcal induz a sociedade a colaborar com um modelo social, na qual, sua maior consequência é a desigualdade social e dentro seus moldes o diferente é excluído, ainda na primeira parte, trago a conexão dentre a comunidade LGBTQIAPNB+ e o povo nordestino, dois grupos que são marginalizados pelas suas características.

Ademais, na segunda parte, traremos a historicidade do movimento LGBTQIAPNB+ no Brasil, desde seus primeiros grupos que surgiram em meio as sequelas da ditadura militar, em 1970, até os mais atuais que trabalham de maneira incansável para continuar lutando por mais direitos, com um enfoque especial nos movimentos da Paraíba, trazendo um recorte sobre os movimentos nas cidades de Catolé do Rocha, Sousa e Cajazeiras. Além disso, ressaltamos as conquistas em âmbito nacional e estadual no decorrer desses quase 50 anos de luta. Igualmente, são expostas as dificuldades que surgiram durante esses anos, em especial os últimos onde nos deparamos com o sucateamento de políticas sociais e a exclusão das minorias por parte de órgãos federais.

No âmbito acadêmico, o estudo pretende possibilitar um novo olhar sobre o tema a partir de uma nova perspectiva, além de colaborar com o acervo das pesquisas levando em consideração que a produção acadêmica em torno do movimento LGBTQIAPNB+ nordestino e paraibano são limitados. Temos como finalidade, contribuir de algum modo com a comunidade LGBTQIAPNB+, que luta diariamente pelo seu direito de viver, de ser quem eles são, sem julgamentos, pelo direito de amar e ter uma vida digna em meio a uma sociedade preconceituosa, com ideais conservadores que tentam a todo custo dizimar de todas as formas essa parte da população.

2. INVISÍVEIS ATÉ QUANDO?

Neste capítulo faremos uma caminhada pelos conceitos sociais, filosóficos e psicológicos da indiferença, os aspectos que a fazem se encaixar como uma violência, por ser uma das formas de externar o preconceito ou aversão a algo ou algum grupo com ideologias diferente, perpassando pelos principais fatores que corroboram para que a indiferença afete a comunidade LGBTQIAPNB+, como também suas consequências, para além disso, como o preconceito afeta a uma região do país pelo seu simples modo de viver e se expressar.

2.1 INDIFERENÇA COMO FORMA DE VIOLÊNCIA

A indiferença é uma forma de externar o preconceito ou aversão a algo e/ou algum grupo com ideais, orientação sexual, religião, raça, etnia ou cultura, diferente das que são mais conhecidas, é bastante comum e podemos conhecer até alguém que trata algum grupo ou assunto com desprezo, esta temática é bastante pesquisada no meio da psicologia e psicanálise porém, com um viés ligado aos sentimentos. Outrossim, já no meio social é tratada como indiferença social, tendo como alvo principal grupos considerados “minorias” tal qual a população LGBTQIAPNB+ que é o foco principal deste trabalho.

A etimologia da palavra indiferença vem do latim “indifferentia” que tem o mesmo significado, ou seja, apatia, desapego, insensibilidade, falta de consideração, desprezo, frieza, rejeição algo ou algum indivíduo. Para Strieder palavra está interligada com a intolerância, em suas palavras “Nossa tendência para tolerar o outro encontra-se vinculada à expectativa de que eventualmente esse outro possa seguir o nosso caminho, considerado certo, ou então, de eliminá-lo porque está errado” (STRIEDER, 2005, p. 122).

Compreende-se que o preconceito gera a intolerância e conseqüentemente é externado como indiferença ou outra forma de violência, um impulsionando o outro. Na perspectiva da filósofa Marilena Chauí em explicação sobre sua obra intitulada Sobre a Violência de 2017, “a violência é a maneira pela qual formas de opressão, dominação e exclusão se realizam, ela

não está circunscrita à criminalidade e à delinquência, ela é uma forma de relação social” (CHAUI, 2018).

Desse modo, entende-se que as diversas formas de expressão da violência podem ocasionar danos para a vítima, ainda nas reflexões de Chauí, ela dispõe as características da violência, dentre cinco pontos:

[...] etimologicamente a palavra violência é 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUI, 2019, p. 35-36).

Ademais, conhecendo a nossa sociedade, vivemos em um mundo na qual grupos se auto intitulam seres superiores e tentam a todo custo impor regras aos grupos minoritários. São diversos os fatores que colaboram para a invisibilidade social, dentre eles fatores econômicos, sociais, religiosos e culturais. Apesar de uso desse termo ser considerado errado na perspectiva da visão iluminista, para descrever uma categoria que é historicamente e socialmente vulnerável, tais como negros, mulheres, seguidores de religião de matriz africana e população LGBTQIAPNB+ no qual é o objeto de estudo deste trabalho.

Na teoria psicanalítica, a partir da análise de Freud, a intolerância é interpretada de uma forma na qual compreende-se que o homem como um todo, tem dificuldades para viver em sociedade, pela resistência de lidar e aceitar as diferenças do outro. Ainda sob a visão dele, a intolerância se enquadra como um problema social, levando em consideração que essa forma de violência afeta principalmente as minorias, conforme citado anteriormente.

Historicamente falando, esses grupos são os principais alvos da discriminação e exclusão como ser de direito. Numa sociedade construída e pautada nos princípios morais e éticos, que são escolhidos exclusivamente pela classe dominante. Como o atual modelo de produção capitalista, no qual os

detentores do capital induzem a sociedade a uma manipulação e exclusão da classe subalterna, tentando a todo custo dificultar todos os acessos da população mais vulnerável aos poucos direitos que conseguem usufruir.

O capitalismo sempre trouxe consigo diversas consequências negativas, sendo elas ambientais, econômicas ou sociais, todas de alguma maneira afetam a sociedade. Entretanto, a desigualdade social é a que mais se intensifica com o passar dos anos, na perspectiva de Yamamoto:

o ideário liberal do direito à propriedade privada constrói uma concepção de cidadania excludente e uma sociedade de privilégios, gerando uma massa de miseráveis, de negros e índios expropriados de sua cultura e camponeses de sua terra, além da discriminação de mulheres e gays, o que em nossa atual sociedade pode ser chamada de “banalização do humano” (IAMAMOTO, 2007 apud SILVA et al. 2020).

Ainda no contexto do modelo de produção capitalista, determinado a ele temos o processo de globalização onde tudo se transforma, lugares, objetos e pessoas se modificam com o passar dos anos na tentativa de se tornar mais atrativo, aumentando assim, o seu “valor” na sociedade.

No conceito idealizado por ROGERS e et al (2008) a vulnerabilidade foi dividida em duas características:

- 1- a vulnerabilidade extrínseca, ocasionada por circunstâncias externas, como falta de poder socioeconômico, pobreza, falta de escolaridade ou carência de recursos; e 2- vulnerabilidade intrínseca, causada por características que tem a ver com os próprios indivíduos, tais como doença mental, deficiência intelectual, doença grave, ou os extremos de idade (criança e idoso) (ROGERS, e et al. 2008, p. 32).

O objeto de estudo deste trabalho se encaixam nas duas características, principalmente pela falta de representação em posições de poder, se tornam suscetíveis a uma série de violências e injustiças, como citado no artigo de ROGERS et al (2008), os riscos são à integridade física, psicológicos e sociais. E a segunda pelos estigmas postos pela sociedade sobre os grupos considerados minorias, colaboram com a vulnerabilidade, os estereótipos associados a eles são desde os ligados a contextos sexuais e pornográficos, até o caricato “aceito” nas mídias e representados nos programas televisivos. Segundo o Manual de Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no

Mundo do Trabalho da UNAIDS de 2015 (programa das Nações Unidas que visa liderar uma resposta sobre a epidemia de HIV/AIDS) esses estigmas resultam na violação de direitos e implicam na permanência ou na busca por um trabalho digno.

Outrossim, um ponto de vista que é válido salientar aqui é a população LGBTQIAPNB+ se encaixa também como grupo em vulnerabilidade jurídico-social como na definição de Carmo que, “[...] não acampado pelas políticas públicas, a razão para lutar por voz e reconhecimento societário de seu discurso” (CARMO, 2016, p. 205). É nesse interim, que essa população fica desassistida por parte das esferas do Estado, assim, só conseguem acessar parte dos seus direitos, que são conquistados através de muita luta e desafios, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída em 2011 pela Portaria nº 2.836, entrando em vigor no ano de 2013, no governo de Dilma, e a volta do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPNB+ em 2023 no Governo Lula.

Desse modo, essa forma de externar o preconceito historicamente enraizado na sociedade brasileira torna-se um obstáculo para as minorias, nas tentativas de acessar os direitos básicos, prescrito no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, dispondo que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (BRASIL, 1988).

Diante das análises citadas, nota-se que apesar da existência das leis que garantem direitos básicos, a promoção do bem de todos sem discriminação ou preconceito sendo um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, como citado no Art. 3º da Constituição (BRASIL, 1988.) Além dessas, a LGBTfobia está incluída na Lei nº 7.716/89 conhecida como a Lei do Racismo, que penalizam por injúria, estabelecimentos e locais públicos e privados que se recusam a aceitar a entrada ou atender, tais quais, bares, hotéis, escolas e empresas, tendo penas previstas que variam de um a cinco anos de reclusão (BRASIL, 1989). No que diz respeito ao estado da Paraíba a Lei nº 7.309 de 2003, prevê a proibição e punição para discriminação em virtude de orientação

sexual, além dessa, a Lei nº 10.895 de 2017, que torna obrigatório que todos os estabelecimentos comerciais e órgãos públicos disponham um cartaz informando sobre a Lei 7.309/2003. Ainda assim, é notável que pessoas influentes na sociedade saiam impunes ao cometerem ou incitarem atos de violência.

2.2 INVISIBILIDADE SOCIAL DA COMUNIDADE LGBTQIAPNB+ E SEUS ASPECTOS

Seguindo as reflexões do tópico anterior, neste iremos abordar os aspectos da invisibilidade social da população LGBTQIAPNB+ e como ela implica na não evolução da sociedade como um todo. Primeiramente, para uma compreensão mais aprofundada sobre a invisibilidade social, faremos uma retomada histórica sobre como ela surge na visão filosófica, fazendo assim, uma reflexão do modo como a sociedade se enxerga e como ela enxerga o próximo.

Inicialmente, as análises feitas ao acervo bibliográfico encontrados que abordam sobre a temática, nota-se que em sua estrutura, como pilar principal existe a intersubjetividade. Para Tomás (2012) esse termo dá abertura a uma visão sobre a análise social que possibilita entender os feitos sociais, a autora ainda faz uma separação para explicar melhor sobre intersubjetividade, dividindo-a em duas partes, a primeira sendo o “eu” e a segunda sendo o “nós” trazendo sentido a ação coletiva de não ver o outro. “O “não ver” aparece sob esta luz como uma prática coletiva, comum, cotidiana [...]. Se agir implica escolher então o não-reconhecimento de outrem torna-se num ato intencional, sem, porém, querer dizer que é voluntário.” (TOMÁS, 2012, p. 3)

Outro termo, bastante utilizado no meio filosófico para tentar compreender o fenômeno de ser invisível é a intencionalidade, para Sartre (SARTRE, 1936 apud TOMÁS, 2008) este termo é “a estrutura essencial da consciência”. Ademais, outra perspectiva de Husserl a intencionalidade é uma atitude natural, para ele “o mundo real não é simplesmente o mundo das coisas observadas, mas implica também um mundo de valores que fazem que as coisas sejam importantes para um indivíduo” (HUSSERL 1993 apud TOMÁS, 2008, p. 4).

Notamos assim, que há diversas interpretações sobre a invisibilidade social e todas elas estão interligadas diretamente à forma de como a sociedade lida com o outro e até qual ponto para ela o outro se torna invisível. A comunidade LGBTQIAPNB+ é considerada invisível juridicamente e socialmente, além de múltiplas formas de violência. Ainda na perspectiva Tomás através das reflexões de Honneth (2002), a omissão jurídica de um ser de direito é a mais humilhante, pois ainda que ela participe das escolhas de maneira constitucional, seus direitos básicos lhe são recusados.

Como citado no tópico anterior, são variadas as causas da invisibilidade social, no Brasil a população LGBT luta diariamente pelos seus direitos, eles buscam força na união para continuar de cabeça erguida em busca de uma melhor qualidade de vida, quanto a social, pelo direito de viver, amar e construir uma família. Atualmente, o projeto de lei n.º 580/07 tramita nos poderes legislativos visando proibir o casamento de pessoas com o mesmo sexo, a proposta veio de um deputado da bancada evangélica e causou indignação nas redes sociais, a aprovação desse projeto seria um retrocesso nos direitos da comunidade LGBTQIAPNB+ no país, se aprovada pela comissão dos Direitos Humanos, será passada para o Senado, apesar de não existir uma lei própria para isso o reconhecimento de união e oficialização é garantido pelo STF no código civil desde 2011.

Compreende-se que desde os primórdios da sociedade se tem uma ideia de que família é formada somente por homem, mulher e filhos, colocando o homem hétero e cis, como o "ser dominante" e a mulher como um ser inferior, que por sua vez é tratada como um objeto. Todavia, não apenas as mulheres são vistas dessa forma, mas também as demais minorias como negros e pessoas LGBTQIAPNB+, assim adota-se um padrão que torna "inaceitável" aqueles que são diferentes.

Outrossim, esse fato não foi a única tentativa de retrocesso e de apagamento de um grupo na sociedade. Nos últimos anos tivemos uma onda de ataques contra as minorias, originados a partir do governo Bolsonaro, que flertava com ideários fascistas com discursos misóginos, homofóbicos e racistas, incitando aqueles que compartilhavam dos mesmos pensamentos a destilar

palavras de ódio e ameaças nas ruas e nas redes sociais, muitas das vezes até mesmo violência física, o “Bolsonarismo” ainda tem força apesar da derrota do governo Jair Bolsonaro na última eleição, os seus aliados e apoiadores conseguiram espaço na política atual, o que dificulta a aprovação de novos projetos e surgem tentativas de retrocessos como a citada anteriormente.

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi sem dúvidas o que mais atacou as minorias, ele e seus apoiadores desde o início sempre deixaram claro quais eram seus “inimigos”, na maioria das vezes utilizava da religião para atrair mais seguidores com os mesmos pensamentos. Isso fica claro através da pesquisa de Silva (2021) sobre o neoconservadorismo e a produção da LGBTFobia no Governo Bolsonaro, onde salienta que:

Boa parte das análises da mídia e dos movimentos sociais no Brasil, ainda recentes, atribuem essa crescente violência ao discurso de ódio de Jair Messias Bolsonaro, à época, candidato à Presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL). Ao longo de sua construção enquanto pré-candidato, a popularidade de Bolsonaro cresceu, justamente, devido as suas declarações machistas, racistas, lgbtfóbicas, misóginas e incitação à violência, comuns em seu discurso desde que atuava como parlamentar na Câmara dos Deputados (SILVA, 2021, p, 344).

Além de incitar claramente a violência, inúmeras notícias falsas eram propagadas, como a do tal famoso “kit gay” que segundo eles seriam distribuídos nas escolas com o intuito de incentivar as crianças a trocarem de gênero. Frases do próprio Jair repercutiram nas mídias como “*o filho começa a ficar meio assim, meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele*” ou dizer que prefere um filho morto a um filho gay.

Reiterando o conceito de Honnert (2002), a população que por sua vez já encontra dificuldades ao acessar os direitos básicos, sofre diariamente com as tentativas de retirada dos mesmos. Visando entender como os últimos ataques afetam diretamente as minorias, usaremos a linha do tempo feita pelo Nexo Jornal que traz uma análise das primeiras iniciativas do Governo Federal com relação ao combate da violência e discriminação, passando pelos desmontes causados pelas gestões seguintes até os dias atuais.

Mediante a isso, a exclusão da sigla e do tema em pautas governamentais, contribui para a invisibilidade social da comunidade, em 2019,

início do governo Bolsonaro, trouxe consigo a extinção de diversos conselhos de políticas públicas que atendiam a população LGBTQIAPNB+, incluindo o Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT (DPLGBT) que eram integradas ao antigo Ministério dos Direitos Humanos.

Desse modo, são inúmeras as implicações que colaboram com a invisibilidade social da comunidade, afetando desde os primeiros anos escolares até a vida adulta, no que tange a educação é possível colocar o bullying e o preconceito um dos fatores da evasão escolar, já no trabalho ou na busca por uma série de dificuldades são encontradas devido a aversão ao que é diferente, gerando insegurança jurídica diante da retirada de direitos essenciais. Como está descrito no artigo do sociólogo Paulo Cogo para a revista Lado A, que é voltada para o público LGBTQIAPNB+.

A invisibilidade social, fruto da intolerância às diferenças sexuais e de gênero, se traduz na ausência de direitos sociais básicos, na desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho, nas limitações à expressão espontânea de afeto em público, ou ainda, no discurso de ódio travestido de liberdade de expressão em relação aos diferentes subgrupos que integram a comunidade LGBT, e que são expressos na forma de piadas, brincadeiras depreciativas, ou mensagens que colocam essa parcela da população como pessoas “anormais”, hipersexualizadas, perigosas, com problemas mentais ou que possuem chances maiores de cometerem crimes (COGO,2015, n.p).

Em relação ao mercado de trabalho, em pesquisa feita em 2022, pelo Instituto Mais Diversidade, o qual é especializado em consultorias e projetos visando aumentar as oportunidades profissionais para a comunidade LGBT revela que cerca de 54% das pessoas não se sentem confortáveis em ser abertos sobre identidade de gênero ou orientação sexual, para alguns o ambiente de trabalho não é considerado seguro. Para Ricardo Sales, socio fundador do instituto, isso pode causar danos à saúde mental pelo fato de não serem respeitadas e nem acolhidas. Nas concepções de Menezes et al (2018) os estigmas colocados sobre essa população são fatores para a exclusão do mercado de trabalho formal, sujeitando-os ao trabalho informal ou desemprego.

Levando em consideração os fatos citados acima, percebe-se que a falta de comprometimento vindo das esferas governamentais e a o preconceito discriminatório contribui para a marginalização dessa comunidade, gerando

inúmeras inseguranças levando a uma parte da comunidade a optarem por caminhos pouco aceitos em sociedade, em busca de alguma forma de sobrevivência, optando assim a prostituição como forma de conseguir alguma renda, atingindo principalmente as pessoas trans. O resultado de dados coletados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) traz uma estimativa de que cerca de 90% das pessoas trans que moram no Brasil, tem como fonte de renda a prostituição, esse alto índice acaba estimulando cada vez mais a discriminação. Nesse ínterim, o Brasil que lidera o ranking do país que mais mata pessoas trans no mundo, desde o início das pesquisas em 2008, por outro, é o país que mais consome pornografia envolvendo pessoas trans.

Por fim, é de suma importância salientar que a invisibilidade atinge também os resultados finais de algumas pesquisas devido ao não reconhecimento ou exclusão de um grupo específico, tendo como consequência a inexistência dos dados básicos como a quantidade de pessoas LGBTQIAPNB+ por região, aos mais complexos como os da violência e mortes por preconceito.

2.3 NORDESTINO E LGBT, DUAS COMUNIDADES CHEIAS DE ESTIGMAS

Tomando conhecimento de que a população LGBTQIAPNB+ por si só, já sofre diferentes tipos de violência, ainda assim, quando a pessoa se encaixa em outro grupo considerado minoria ou vulnerável as violências tendem a aumentar, seja por racismo, xenofobia ou machismo. Como este trabalho trará um debate sobre uma parte da região Nordeste, se faz necessário trazer uma breve análise sobre como o povo nordestino luta desde o início contra os estigmas colocados sobre si, uma vez que são considerados por alguns, pessoas brutas e sem estudo.

O Nordeste brasileiro é composto por nove estados, sendo eles Bahia, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí, com uma ampla diversidade cultural, histórica e repleta de riquezas. O berço da “descoberta” do Brasil em 1500, é tratado como o lado miserável do

país por ser menos favorecido e atrasado em relação às demais regiões, tornando-se assim alvo fácil de exploração das classes dominantes.

Essa disparidade de desenvolvimento entre as regiões do país, surgiram desde seus primórdios, inicialmente ligadas ao processo de industrialização. A economia do Nordeste decaiu no momento em que o Sudeste avança devido à exportação do café. Segundo Filho (2003) foi em meio a isso, que o Nordeste passou a ser intitulado como periferia do país pelo economista Celso Furtado, desempenhando o papel de fornecer mão-de-obra fácil e barata além de matéria-prima.

Esses fatores econômicos afetam a todos socialmente, colaborando com a emigração do povo nordestino para lugares como São Paulo, na ilusão de ter melhores condições de vida na cidade grande. Além do processo migratório, outros fatores como estereótipos e preconceito aqui já citados, acabam abrindo brechas para a intolerância contra nordestinos, acarretando a marginalização dos mesmos.

A etimologia da palavra xenofobia vem de origem grega, *xenos* significa (estrangeiro) e *phobos* (medo), ou seja, quer dizer medo, aversão ou rejeição ao estrangeiro. Segundo La Garza “A palavra é frequentemente utilizada em sentido lato como a fobia em relação a grupos étnicos diferentes ou face a pessoas cuja a caracterização social, cultural e política se desconhece” (LA GARZA, 2011, p.1). É durante o processo migratório que a xenofobia contra nordestinos começa, não se sabe a data certa, Vasconcelo (2022) traz uma análise feita sob as reflexões de Albuquerque Jr, atribuindo duas possíveis hipóteses sobre o início do preconceito com os nordestinos. Primeiramente, o estranhamento dos sulistas ao se depararem com uma grande quantidade de pessoas com baixa escolaridade, sotaque e cultura diferente, o que pode ter acarretado em “piadas” ofensivas. Segundo a diferença entre receber imigrantes europeus com todos os seus aspectos considerados elegantes, para o nordestino que vive sua simplicidade.

Ademais, segundo as reflexões de Haase, Pinheiro-Chagas e Arantes (2009) que estudam a criação e natureza da xenofobia, compreende-se que este

tipo de preconceito é algo socialmente doutrinado. Faz-se necessário salientar que:

A xenofobia pode ser considerada uma das formas principais de atitudes estereotipadas. As atitudes correspondem a uma forma de cognição intuitiva (Lieberman, 2000), que atua de modo rápido, automático, mandatário, sem requerer atividade mental consciente ou esforço (HAASE; PINHEIRO-CHAGAS; ARANTES, 2009, p. 54).

O tema também foi estudado por outros autores, trazendo pontos de vista diferentes. Para Ribeiro, a xenofobia no Brasil tem correlação com o racismo e está enraizada em nossa história, ela se divide em três partes:

a) aquela que legitima as inúmeras violências contra os povos indígenas há mais de 500 anos; b) aquela dirigida aos nordestinos com suas memórias fincadas na problemática “invenção do Nordeste” (Albuquerque Jr., 1999); c) aquela que desumaniza os estrangeiros, particularmente os estrangeiros afrodescendentes, árabes, latino-americanos, hispanofalantes, quase sempre não brancos ou caucasianos oriundos de países europeus etc (RIBEIRO, 2020, p. 291).

Diante das definições aqui expostas o nordestino também é alvo de preconceito fora da sua região, principalmente no que diz respeito às divergências políticas do país, é em períodos de eleições que as manifestações de ódio aumentam. A prova disso foram as alarmantes ameaças que vieram após os resultados das últimas eleições, Bispo ressalta isso quando destaca “[...] que a onda de ataques xenofóbicos contra nordestinos passou a ser mais formentente percebida a partir das eleições de 2014 [...] (BISPO; CRUZ, 2023, p. 4).

Entretanto, quando se fala em violência contra a comunidade LGBTQIAPNB+, o Nordeste é a região que se destaca em relação a isso, sendo algumas vezes considerada a mais perigosa para estas pessoas, de acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia, no ano de 2022 o Nordeste registrou cerca de 111 casos de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPNB+. essa triste realidade pode ter correlação com a criação pautada no modelo de sociedade heteropatriarcal. Nas reflexões feitas por Albuquerque Jr. (2013) salienta a imagem do nordestino interligada a valentia masculina, incluindo até mesmo as mulheres, “[...] o nordestino é definido como cabra macho, é um cabra da peste, homem de fibra, uma reserva de virilidade nacional” (ALBUQUERQUE JR, 2013, p.153)

Adentrando na análise de Dantas (2020) vemos como alguns aspectos culturais do Nordeste colaboram com o aumento desse estigma, um exemplo citado em seu texto são as músicas de forró, estilo tradicionalmente nordestino, que em algumas de suas letras descrevem situações nas quais as mulheres são objetificadas, reverenciando sempre o poder masculino e a virilidade do homem. Ademais, outras formas de expressões culturais são utilizadas para reverenciar essa masculinidade ou tentar normalizar formas de violência, como Dantas (2020) destaca:

Tanto Brilhante et al (2018) quanto Albuquerque Júnior (2013) fazem questão de sublinhar que, através da música e de outras expressões culturais, como o cordel, há uma espécie de naturalização da violência, fundamentalmente em se tratando da violência contra as mulheres (seja a física, psicológica, patrimonial, simbólica) (DANTAS, 2020, p. 85).

Essa violência incitada e normalizada no dia-a-dia reverbera não somente para o gênero feminino, mas também para a comunidade LGBTQIAPNB+. Basta uma simples pesquisa na internet para se deparar com matérias acompanhadas por títulos como “Nordeste é a região com mais mortes violentas de LGBTQIA+” do jornal Cidade Verde (2023), “Nordeste é a região que mais vitimou pessoas LGBTQ+, Alagoas é o estado mais violento” da Agência de Notícias das Favelas (2021) ou “Brasil continua sendo o País que mais mata pessoas LGBTQ’s no mundo, revela estudo do Grupo Gay da Bahia” matéria da Agência AIDS (2023).

Quando se trata de dados, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, anualmente coletam dados de violência contra a comunidade, essas organizações não governamentais trabalham com intuito de trazer mais visibilidade para os casos que em sua maioria são esquecidos e ficam sem resposta, além de lutar por justiça e por um espaço digno na sociedade.

Em análise aos dados coletados pelo GGB nos últimos quatro anos, observamos que em 2019, o Nordeste ficou em primeiro lugar em relação as mortes violentas com cerca de 35,56% delas, entre as cidades que mais registraram homicídio de pessoas LGBTQ’s estão Bahia e Pernambuco. No ano seguinte, com o início da pandemia de covid-19 os números tiveram uma queda porém a região permaneceu em destaque, a única diferença notada são os

estados nos quais registraram mais mortes, sendo eles: Ceará e Bahia. Outrossim, esperou-se uma queda nos índices de violência devido a pandemia de Covid-19, porém não aconteceu pois em 2021 houve um acréscimo no número de vítimas, com cerca de 80 casos a mais em comparação ao ano de 2020. Por fim, em 2022, ano esse que ficará marcado na história como o ano que voltamos a “normalidade” e pela virada histórica contra o fascismo de Bolsonaro, continuou com altos números, mantendo o Nordeste em primeiro lugar.

O Grupo Gay da Bahia e outras organizações também fazem um levantamento sobre o perfil das vítimas, a faixa etária, gênero, raça, sexualidade e causa mortis, com intuito de cobrar das autoridades mais comprometimento com os dados, tendo em vista que algumas cidades ou estados não contabilizam as mortes como motivadas por sexualidade. Estas organizações são explicadas com mais profundidade no próximo capítulo.

3 MOVIMENTE-SE ATÉ CHEGAR AONDE QUISER

Para entender como os movimentos conquistaram direitos LGBTQIAPNB+ no país é necessário entender de que forma essa população se articulou para lutar por seus direitos. Diante disso, este capítulo trará uma retomada histórica dos movimentos LGBQIAPNB+ no Brasil e no mundo, com enfoque em suas conquistas, além da história do movimento no estado da Paraíba, ressaltando cidades do sertão como Sousa e Cajazeiras, e por fim trará uma breve análise sobre a luta nos dias atuais, os processos de troca de governo e a representatividade na política e na arte.

3.1 BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTQIAPNB+

Inicialmente, para compreendermos a importância dos movimentos sociais na luta pela visibilidade da comunidade LGBTQIAPNB+, é necessário que façamos uma retomada na história do movimento LGBTQIAPNB+ no Brasil e no mundo, ressaltando suas conquistas, para entendermos como tudo reflete nos dias atuais.

Historicamente, salientamos a Revolta ou Rebelião de Stonewall, que aconteceu no dia 28 de junho de 1969 em Nova Iorque, como um marco importante para o surgimento do movimento LGBTQIAPNB+. Naquela época, as relações homoafetivas e certos comportamentos eram considerados ilegais. A venda de bebidas alcoólicas também era proibida para o público homossexual, porém alguns bares burlavam as regras e acabaram se tornando um refúgio para a comunidade, como é o caso do Stonewall Inn. Ademais, foi a partir de uma operação policial surpresa e da ação bastante agressiva que a revolta se iniciou, visto que as pessoas que ali estavam resistiram, pois estavam cansadas de serem perseguidas. Devido a isso, surgiram então diversas manifestações pela cidade, os protestantes exigiam respeito.

O caso de Stonewall se tornou conhecido mundialmente, sendo contada nos cinemas pela primeira vez em 1995 através do filme “Stonewall – A Luta Pelo Direito de Amar”, dirigido pelo Nigel Finch, e em 2015 com o filme “Stonewall: Onde o Orgulho Começou”, do diretor Roland Emmerich. A Revolta de Stonewall acabou virando inspiração, colaborando para a criação do Movimento Homossexual em diversos países e o dia 28 de junho se tornou um marco na história, sendo considerado atualmente o Dia Internacional do Orgulho LGBT. No entanto, no Brasil os movimentos surgiram um pouco mais

tarde devido a Ditadura Militar. O primeiro registro de um movimento LGBT no país foi em 1978, em São Paulo, com o nome Somos-Grupo de Afirmação Homossexual.

Durante a Ditadura de 1964, pessoas LGBTQIAPNB+ sofriam com a perseguição militar e a censura. Naquela época, peças, filmes, músicas e programas de TV eram cancelados ou sofriam cortes em algumas cenas que não iam de acordo com a moral e bons costumes defendidos pelo militarismo. Segundo Quinalha (2018), é a partir disso que se compreende a ditadura como “hetero-militar”, pois os que não se encaixavam na heteronormatividade eram presos e torturados.

É nesse sentido que se pode falar em uma ditadura hetero-militar, em que houve uma política social oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tidas como “perversões” ou “desvios”, tais como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades (QUINALHA, 2018, p. 31).

Interligado a isso, é indiscutível que existia um viés religioso no qual ditavam o que seria considerado certo ou errado, visto que a religião que dominava e ainda faz parte da maioria das casas brasileiras é a católica. Quinalha, deixa isso claro quando destaca:

[...] a livre expressão da sexualidade era compreendida em um marco mais estritamente moral, ou seja, como uma afronta, em si mesma, aos valores tradicionais cultivados pelas famílias católicas brasileiras que, supostamente, representavam a média da consciência ética nacional que deveria ser resguardada pelo Estado (QUINALHA, 2018, p. 32).

Diante de tantas represálias estimuladas pela sociedade e pelo viés religioso, as pessoas começaram a se acumular nas comunidades que hoje conhecemos. Muitas vezes recusados no mercado de trabalho, acabavam se tornando marginalizados, enquanto quem tinha poder aquisitivo conseguia se proteger. Desse modo, a população que já era marginalizada devido aos estereótipos colocados sob eles, se tornavam mais vulneráveis socialmente, como salienta Quinalha (2018, p. 36):

Foram os homossexuais e travestis pertencentes às classes populares que sentiram mais intensamente o peso da ação repressiva da ditadura em seus corpos e desejos. Enquanto que alguns homossexuais, geralmente enrustidos e com a vida dupla, integravam-se à cidadania

pela via do mercado de consumo e pelo acesso a empregos formais no mercado de trabalho, LGBTs pobres que não tinham a mesma sorte eram enquadrados como “vadios”, mesmo que portassem carteira de trabalho, sem qualquer direito de defesa.

Ressaltando as palavras de Quinalha, o contexto social pesava na época assim como atualmente, as diferenças sociais dividiam e dividem ainda mais uma comunidade que por si só já era dividida por subgrupos. É na década de 70 que grupos socialmente excluídos começam a se articular em busca de seus direitos, encontrando parceria uns nos outros. MacRae (2018, p. 42) salienta isso quando dizque:

[...] as organizações dos negros e das mulheres tornaram-se seus principais interlocutores e aliados, reivindicando a relevância de demandas específicas que não poderiam ser consideradas secundárias devido ao seu status de suposta “minoría”.

Na mesma década, surge o jornal *Lampião de Esquina*, composto por pessoas homossexuais, abordando temas como cultura, sexualidade e política, apesar de ter sido lançado pós ditadura, os editores do jornal sofreram acusações e intimidações por parte da polícia do Rio de Janeiro. A criação do jornal estimulou reuniões de pessoas LGBTQIAPNB+ e, a partir disso, nasce o primeiro movimento LGBTQIAPNB+ no país em 1979, intitulado de *Somos-Grupo de Afirmação Homossexual*. Os frutos dessas iniciativas começam a resultar em mudanças nas nomenclaturas ao se referir a uma pessoa homossexual.

O grupo tinha como objetivo principal, a promoção do debate do movimento com partidos políticos e a identidade homossexual, porém, surgiram diversos obstáculos que dividiam o grupo por opiniões divergentes. Algumas atitudes e ideias defendidas pelos seus coordenadores colaboraram com a saída de alguns membros. Segundo MacRae (2018) o grupo exigia que seus integrantes assumissem uma mesma identidade de discriminação, havendo até mesmo a expulsão de pessoas que ainda não se entendiam como homossexual das reuniões.

Esses e outros impasses contribuíram para o surgimento de grupos internos do *Somos*. Fernandes (2018) ressalta que devido as reuniões serem predominadas por homens, onde machismo e a misoginia se faziam presente,

as mulheres começaram a se articular entre si ou buscar apoio em movimentos feministas que existiam naquela época, criando, tempos depois, o Grupo LésbicoFeminista (LF) que depois se tornou Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). O grupo tinha o intuito de trazer para as reuniões o debate sobre o machismo e feminismo, obviamente encontrando alguns impasses durante a trajetória, tanto dentro como fora do grupo, mas nada que desanimasse e tirasse o foco principal delas. Segundo Fernandes (2018, p.94), cofundadora desses grupos:

As integrantes do LF eram plurais, de etnias, credos, escolaridade e classe sociais diferentes, desde empregada doméstica até programadora de software, todas mulheres que não vinham da Academia, mas dos “armários” e do “gueto”. O ponto comum entre elas eram apenas a lesbianidade. O LF possibilitava o encontro de mulheres fora dos ambientes de badalação dos guetos e era um lugar seguro para as garotas do “armário”, que ficavam sabendo do LF pela mídia.

Outrossim, GALF era considerado também um ponto de encontro que não estava ligado somente a vida noturna, tendo a diversidade de classes sociais unidas em prol da causa LGBTQIAPNB+ e a feminista. Apesar de só ter durado 10 anos, foi um marco importante não só na história do movimento LGBTQIAPNB+, mas também tem sua importância para o movimento feminista, tendo em vista que lutavam pelo lugar da mulher como um ser político de direito. A autora enfatiza isso quando descreve que:

Elas partiram de um lugar de onde falavam, com base apenas nas suas vivências concretas, de nunca terem sido vistas como mulheres, por serem inomináveis e invisíveis. Suas lutas e resistências foram contra as ordens estabelecidas de exclusão, violências e discriminação, que atingem as lésbicas de uma maneira distinta das experiências de outras mulheres. Elas sempre reivindicaram dos feminismos que enfrentassem a discussão da lesbifobia e heteronorma, porque reconheciam que o machismo, o sexismo e homolebitransfobia são pilares estruturantes das opressões sobre todas as mulheres (FERNANDES, 2018, p. 102).

Entretanto, essa não foi a única desavença que surgiu no grupo Somos. O racismo enraizado na sociedade e pouco pautado nas reuniões fosse motivo para a criação do grupo baiano Adé Dudu, que visava atuar entre o movimento LGBTQIAPNB+ e o movimento negro. O nome vem do iorubá e significa “negro homossexual”, seus militantes mais conhecidos eram Tosta Passarinho e Hamilton Vieira, lutavam contra a discriminação dos negros homossexuais, para que as pautas fossem debatidas tanto no movimento negro quanto no movimento LGBTQIAPNB+. O historiador João Junior, em artigo para o Portal Geledes escreve com belas palavras sobre a importância do Grupo Adé Dudu para o povo

negro LGBTQIAPNB+, descrevendo-se como uma semente que veio dessa luta, na comemoração dos 40 anos de fundação.

Outras sementes do Adé Dudu brotam ainda hoje quando cada bicha preta, como eu que escrevo este texto, consegue se erguer com orgulho e força e se colocar contra as violências e opressões do racismo e da homofobia. O grupo se desfez. Mas sua fundação há 40 anos continua se repetindo todos os dias em nós, continua vivo em nós, nos jogando cada vez mais para frente. É nossa história, nossa ancestralidade como dito em algumas linhas acima. É certo que ainda sabemos pouco sobre a história da militância negra homossexual no Brasil, bem como sobre o Adé Dudu, e que ainda há muito para se descobrir [...]. Mas o pouco que sabemos já é suficiente para nos encher de altivez e orgulho. Saibamos bater cabeça para aqueles homossexuais cuja a história o Movimento LGBTI+ brasileiro não conta, aqueles a quem devemos muito se hoje podemos dizer “além de preto, bicha e com muito orgulho” (JUNIOR, 2021, n.p).

Outrossim, o grupo mais famoso desde sua criação é o Grupo Gay da Bahia, GGB como é popularmente conhecida, foi criado em 1980 pelo antropólogo Luiz Mott, sendo a primeira ONG (Organização não-governamental) a ser registrada como sociedade civil e de utilidade pública. O próprio Luiz relata como foi o início de tudo, após ser vítima de homofobia o sentimento de justiça despertou em si e assim divulgou uma nota chamando todos os homossexuais da Bahia para se unirem.

Já havia publicado artigo no jornal Lâmpião sobre homossexualidade indígena e divulguei então esse anúncio no tabloide: “*bichas baianas: rodem a baiana e tudo bem! Mas deixem de ser alienadas. Venham formar um grupo gay para lutarmos por nossos direitos*”. O convite foi exitoso: recebi diversas cartas e telefonemas e aos 29 de fevereiro de 1980, realizamos a reunião inaugural do novo grupo com a presença de 17 homossexuais. Foi a primeira ONG brasileira, quiçá latino-americana, a adotar o nome gay como identidade: Grupo Gay da Bahia (MOTT, 2018, p. 213).

Conhecida pelos seu trabalho, o GGB liderou diversas campanhas, sendo a mais importante a de prevenção contra HIV/AIDS, contém em seu acervo diversas publicações entre livros, artigos, folders e cartazes, alguns desses se encontram disponibilizados em seu site. A ONG detém o maior banco de dados do mundo sobre assassinatos de LGBTQIAPNB+ que é atualizado anualmente, reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho árduo. Em seu site, é possível encontrar diversas matérias, notícias, calendário de paradas do orgulho LGBTQIAPNB+ e até mesmo roteiro de viagem. O GGB tem um papel importante

na história, já foi membro da Comissão Nacional de Aids e da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC).

Segundo Mott (2018), cumprindo desde o princípio as diretrizes prescritas em seu estatuto como:

1-Defender os interesses da comunidade homossexual (LGBT) da Bahia e do Brasil, denunciando todas as expressões de homofobia, lutando contra qualquer forma de preconceito e discriminação contra as minorias sexuais; 2- Divulgar informações corretas sobre a homossexualidade e transexualidade, desconstruindo o complô do silêncio contra o "amor que não ousa dizer o nome", propondo um discurso alternativo científica e politicamente correto, lutando contra comportamentos, atitudes e práticas que inviabilizam o exercício da cidadania plena da população LGBT; 3- Trabalhar na prevenção HIV/Aids e apoio aos soropositivos junto à nossa comunidade e outros grupos vulneráveis à epidemia; 4- Conscientizar o maior número de LGBT da necessidade urgente de lutar por nossos plenos direitos de cidadania, fazendo cumprir a Constituição Federal que garante tratamento igualitário a todos os brasileiros (MOTT, 2018, p. 213)

Outrossim, foi através do Grupo Gay da Bahia que influenciou e fundou diversas outras ONGs e associações como o Grupo Lésbico da Bahia, a Associação de Travestis e Transformistas de Salvador (ATRAS), a Associação de Pais e Mães de homossexuais, Quimbanda Dudu: Grupo Homossexual Afro-Brasileiro, Centro de Estudos da Homossexualidade, estes e outros grupos e ONGs foram surgindo com o passar do tempo.

Nesse ínterim, não se pode falar na história do movimento LGBTQIAPNB+, sem citar as conquistas que vieram depois de muita luta. Uma das primeiras foram as nomenclaturas ou termos usados para tratar as pessoas homossexuais, para evitar o uso dos termos bichas e sapatonas (hoje utilizado somente pela comunidade como uma gíria). O segundo avanço foi o reconhecimento da homossexualidade como uma sexualidade, fazendo com que fosse retirada da lista de classificação de doenças utilizada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS, na qual era identificada como transtorno mental, e da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial de Saúde em 1990. No quesito campanhas, uma das mais faladas são as de prevenção contra HIV-AIDS no país, que foram lideradas por grupos como o GGB.

Ainda sobre grupos do movimento LGBTQIAPNB+, uma das associações mais respeitada é a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos ou ABGLT, fundada em 1995 com colaboração de diversas entidades espalhadas pelo país. Na qual foi porta voz e atuante na construção de programas federais que pretendiam combater a homofobia como o “Programa Brasil Sem Homofobia” de 2004, e projetos na área da educação junto com o Ministério da Educação como o “Projeto Escola Sem Homofobia”. Ademais, também incentiva a valorização da cultura LGBTQIAPNB+, uma das formas de fazer isso acontecer é através do Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT¹ que ocorreu em parceria com a prefeitura de Niterói.

No que tange a cultura e com base no que foi descrito até aqui, compreende-se a importância do Movimento LGBTQIAPNB+ na luta por um espaço digno de respeito, a Parada do Orgulho LGBTQIAPNB+ em São Paulo é a prova viva disso, com sua primeira edição feita no ano de 1997, com a reunião de alguns grupos, atualmente une milhares de pessoas pela Avenida Paulista, a grande mobilização fez com que a Parada entrasse para o Guinness Book (livro dos recordes) como a maior do mundo, na sua 29ª edição que aconteceu em 2022, reuniu cerca de 4 (quatro) milhões de pessoas, segundo os organizadores. Atualmente ela é idealizada pela Associação da Parada do Orgulho LGTB de São Paulo. (APOLGBT-SP).

Eventos como a Parada, são importantes na visibilidade da comunidade LGBTQIAPNB+ e conseqüentemente movimenta a economia, de acordo com um artigo do site da própria prefeitura de São Paulo, salientando as palavras do próprio secretário municipal de Turismo Rodolfo Marinho, os dados da pesquisa feita pelo Observatório de Turismo de São Paulo sobre a Parada LGBTQIAPNB+ de 2022, são “um sinalizador de impacto social, na geração de emprego e renda”, isto é possível pelo fato do evento atrair turistas de vários estados e de outros países. No que diz respeito a representatividade, a Parada abre portas para novos artistas LGBTQIAPNB+.

¹ Em alguns momentos será utilizada no corpo do texto a sigla LGBT, indo de acordo com os nomes dos programas e organizações por aqui citados.

É notório que dos anos 70 até os dias atuais o Movimento LGBTQIAPNB+ brasileiro conseguiu alguns direitos importantes sendo eles: o reconhecimento de união homoafetiva e a inclusão no conceito de família que possibilitam o casamento civil dos mesmos com direito sucessórios tais como os casais heteronormativos, incluindo partilha de bens e pensão por morte; a liberação de procedimentos de redesignação sexual com cirurgias oferecidas pelo Sistema Único de Saúde autorizadas pelo Conselho Federal de Medicina; alteração de nome e sexo em documentos oficiais e uso de nomes sociais em provas e no sistema de saúde; descriminalização da homossexualidade nas instituições militares; direito à adoção; criminalização da homotransfobia, incluída na lei de combate ao racismo; direito ao registro de dupla paternidade, maternidade e ou adoção unilateral.

3.2 MOVIMENTOS LGBTQIAPNB+ NA PARAÍBA

Para iniciarmos a discussão do movimento LGBTQIAPNB+ no estado da Paraíba que é o foco deste trabalho, primeiramente trarei uma breve descrição da ligação do povo nordestino com movimentos sociais. Os primeiros registros que se tem de movimentos são ligadas as disputas de terra, como as ligas camponesas e o cangaço, que lutavam pelo seu espaço e marcaram de alguma maneira a história do país.

O Cangaço foi um movimento que aconteceu entre o final do século 19 e início do século 20, no qual muitos conhecem a história por conta de Virgulino Ferreira da Silva, o famoso “Lampião” considerado por uns o “Rei do Cangaço” ou justiceiro, por outros um bandido e assassino. Por conta dos estigmas criados em torno das histórias contadas pelo povo, poucos sabem que o cangaço foi um movimento que lutavam pelas terras e contra a opressão da classe dominante que naquela época eram os coronéis, em contramão a isso, cegos por vingança, utilizavam da violência extrema para conseguir seus objetivos.

Ademais, o movimento que é popularmente conhecido como Ligas Camponesas tem uma história diferente do cangaço, teve início no Engenho

Galiléia no estado de Pernambuco no ano de 1955, onde habitavam cerca de 140 famílias foreiros, que se uniram em busca de melhores condições de trabalho, a Liga de Galiléia era conhecido também pelo nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). A SAPPP gerou revolta na sociedade latifundiária na época, e virou referência para a criação de outros grupos em outros estados. Um dos grupos mais conhecidos é a Liga de Sapé, cidade localizada no estado da Paraíba, liderada inicialmente por João Teixeira, ganha força logo após sua morte em 1962.

A História das Liga de Sapé, é contada pelo portal do Memorial das Ligas e Lutas camponesas, memorial esse que atua colaborando e incentivando as atuais lutas do campo, o portal conta que a Liga foi então liderada pela viúva de João, Elizabeth Teixeira, que se tornou a primeira mulher a liderar um movimento que era comandado por homens, chegando a liderar um grupo com cerca de 10 mil componentes. Elizabeth, apesar das diversas ameaças e a perda de alguns filhos, lutou bravamente pelos direitos do povo da terra, é atualmente considerada a memória viva da história das Ligas Camponesas do estado da Paraíba. Aos 98 anos, ela ainda vive no estado e em uma de suas últimas entrevistas para a mídia enfatizou que a luta pela terra tem que continuar até que todos tenham direito.

Essas e outras histórias como a do Adé Dudu e Grupo Gay da Bahia, fazem parte da história do povo nordestino e é impossível tentar apagar este fato. Durante pesquisas feitas para este trabalho, foi encontrado relatos sobre o primeiro movimento LGBTQIAPNB+ do estado da Paraíba na dissertação de Bruno Santana que fez uma análise sobre o design como ferramenta de militância do grupo. Criado por estudantes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no ano de 1980, a ideia surgiu após um encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, inspirados no grupo Somos e GGB, resolveram criar o Nós Também. Segundo Santana (2019) o movimento era composto por estudantes e professores, seu propósito era servir como um ponto de encontro da comunidade além de ser um grupo de estudos e de apoio.

Santana (2019) ainda salienta a diferença do Nós Também em comparação aos grupos existentes na época, além de não haver uma hierarquia dentro do movimento.

Outra grande diferença do *Nós Também* para os demais grupos gays organizados no Brasil naquele período, é que se tratava de um grupo misto. Homens e mulheres faziam parte e debatiam de forma igual e propunham suas pautas sem predileção por gênero, o que era bastante diferente dos outros grupos da época. Mulheres lésbicas juntavam-se, quando podiam, ao movimento feminista e não ao movimento homossexual, pois havia um impedimento para as pautas feministas dentro das organizações gay. No grupo *Nós Também* elas tinham um lugar de fala (SANTANA, 2019, p. 57).

Ademais, apesar dos membros serem parte da comunidade acadêmica da UFPB e seus primeiros encontros terem sido na instituição, não havia nenhuma ligação ou apoio da mesma. Por ser uma organização sem fins lucrativos, todas as suas produções eram produzidas pelos seus componentes, artes, livros, cartazes e outros, contavam com a criatividade e talento de cada um ali.

Os materiais e processos de produção que o Grupo utilizava atendiam a um propósito que ia além dos custos e da facilidade de confecção. O coletivo tinha um caráter contracultural, anarquista e underground, segundo o professor. A utilização de métodos como estêncil a álcool, fotocópias e grafitti, correspondia à intenção de intervir no espaço comum com instrumentos de uso cotidiano ou mesmo em suportes comuns, para fins não convencionais, fossem legais ou ilegais, como o caso dos outdoors, pichações e painéis pintados em muros (SANTANA, 2019, p. 58)

Diante da forma que se mobilizavam o Nós Também, começou a aproximar dos demais grupos que existiam no país o que facilitou o diálogo e o trabalho em conjunto pela causa. O objetivo de modo geral, era a quebra do modelo de heteronormatividade, trazendo assim a liberdade para quem não seguia os padrões aceitos socialmente. Assim, segundo Santana (2019) “a proposta dos movimentos dessa época era romper com o código sexista e homofóbico de conduta estabelecido, e libertar gays e lésbicas para se expressarem da forma que quiserem, onde quisessem, sem represálias ou infâmias.” (p. 61).

Ademais, o grupo também foi responsável por criar a Ação de Liberdade Homossexual (ALH) com intuito de tentar uma espécie de “amizade” com a sociedade, na cidade de João Pessoa, para isso, escreveram um manifesto no

qual dispunha todas as opiniões do *Nós Também*, colocando-se à disposição de outros grupos considerados minorias, como os indígenas, negros e mulheres. Infelizmente o grupo não teve o mesmo reconhecimento como outros, pouco se encontra sobre o mesmo, sua trajetória foi até o ano de 1984 segundo o Professor Henrique. Santana salienta que:

Este acervo foi mantido pelo professor Henrique Magalhães por mais de três décadas, sobretudo por questões afetivas. Mesmo o grupo sendo reconhecido ainda hoje por pessoas ligadas ao movimento na época, nada sobre seu acervo bibliográfico foi publicado nesses mais de 30 anos. Apenas sua produção audiovisual que foi resgatada por um projeto de memória e preservação do cinema paraibano (SANTANA, 2019, p. 65).

Entretanto anos após o fim do *Nós Também*, ainda na capital paraibana no ano de 1992 surge o Movimento do Espírito Lilás popularmente conhecido como MEL. O grupo assim como seu antecessor era composto pela comunidade acadêmica, artistas e quem se identificava com a comunidade e com suas pautas. Na análise feita pelo antropólogo Thiago Oliveira, o movimento tem grande relação com os movimentos estudantis como os Centros Acadêmicos e Diretórios Central dos Estudantes, tinham como foco principal ser a ponte entre o Estado e a comunidade LGBTQIAPNB+ para levar suas demandas aos governantes

Oliveira (2017) ressalva que as reuniões do grupo aconteciam inicialmente nas dependências da UFPB, mais precisamente no Departamento de Artes e Comunicação – DAC e no prédio do Teatro Cilaio Ribeiro, devido a sua relação com o Conselho Arte e Luta (CAL). Essa ligação se estende também as militâncias políticas e partidos de esquerda que defendiam as mesmas pautas. Outrossim, também visava criar vínculos com a população da capital, prestando orientação as famílias de pessoas LGBTQIAPNB+. Da mesma forma que os demais movimentos do país, este se empenhou também nas campanhas de saúde referentes às ISTs.

Se nos primeiros anos da década de 1980 e na primeira metade dos anos 1990 as ações em relação à aids ocorriam de maneira comunitária e voluntária, tendo em vista as poucas possibilidades de acesso à recursos financeiros (GALVÃO, 2000, p. 60-3; FACCHINI, 2005, p. 161), na Paraíba os primeiros projetos de combate à aids promovidas pelo MEL estavam centrados em ações culturais e de sensibilização para as formas de contágio, bem como os mecanismos de proteção. Entre o fim dos anos 1990 e início da década de 2000

iniciam-se as primeiras parcerias, na Paraíba, entre o Estado e o MEL que permitiram o acesso a recursos federais e internacionais (OLIVEIRA, 2017, p. 339).

Este foi gás necessário para que o debate sobre sexualidade fosse feito no Estado. Da mesma forma que aconteceu em outros grupos, com o MEL, devido a alguns conflitos internos se originaram novos movimentos e a falta de representatividade. Como salienta Oliveira quando destaca em seu trabalho a fala de um dos componentes da Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA) no qual surgiu nos anos 2000, juntamente com o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria.

Essa associação, esse grupo organizado existe desde 2002, tem dez anos. Antes existia o Movimento do Espírito Lilás, que é o MEL, que tem um público e objetivo específicos que é tratar dos homossexuais masculinizados e afeminados, mas a gente sentiu uma falta de uma pessoa que tratasse também das questões das políticas das travestis. Então a ASTRAPA partiu desde a ideia, ainda dentro do grupo MEL. Aí nasceu a Associação das Travestis, em 2002, no dia 19 de outubro de 2002. Essa associação foi criada com cerca de doze travestis – algumas profissionais do sexo e algumas no mercado de trabalho regular – que resolveram se articular para fundar esse grupo (GEL LAVERNA, APUD. OLIVEIRA, 2017, p. 343)

A busca por mais representatividade em meio à grupos que inicialmente pautavam causas do homossexual excluindo as demais sexualidades e identidades, fizeram com que surgissem subgrupos específicos, assim como os grupos de Lésbicas Feministas em São Paulo. Ainda que se dissociassem do MEL, foi resultado de uma certa união entre os três que acontece a I Parada do Orgulho Gay da cidade de João Pessoa e conseqüentemente a primeira da Paraíba, em 2002. É nesse mesmo período que inspirados nesses grupos, outros movimentos aparecem no agreste e sertão e alto sertão do estado, sendo eles:

A título de referência deve-se citar as atividades do Movimento Homossexual de Cabedelo, o MOHOCA, no início dos anos 2000, na zona rural da mata; na cidade de Itabaiana, também zona da mata, é fundado o grupo Gayreiros do Vale da Paraíba, contando como principal representação o militante “Ferreirinha” um dos fundadores e idealizadores do MEL, em João Pessoa (NASCIMENTO, 2011; OLIVEIRA, 2012). Na cidade de Cajazeiras aparece também uma representação do MEL em João Pessoa; na cidade o grupo aparece com o nome de Melica já entre 2002 e 2003. Em 2004 é fundada a Associação dos Homossexuais de Campina Grande, ainda como um núcleo localizado dentro do CIPIMAC (Centro de Informativo de Prevenção, Informação e Mobilização de Profissionais do Sexo). Em 2004 também é fundado a Associação do Orgulho LGBT de Cajazeiras,

no alto sertão do estado da Paraíba (OLIVEIRA apud OLIVEIRA, 2017, p. 345).

Atualmente o grupo Movimento Espírito Lilás ainda tem um trabalho ativo no estado da Paraíba, com seus 31 anos de existência e resistência, o Mel é uma das entidades fundadoras da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo – ABGLT, está incluído na luta em defesa das mulheres, contra o racismo estrutural, pelo direito à educação pública, segurança, pelo direito à saúde defendendo o SUS. Além de participar de diversos conselhos no âmbito municipal e estadual, sendo eles, o Conselho de Saúde de João Pessoa, Conselho dos Direitos LGBTQIAP+ de João Pessoa, Conselho Estadual dos Direitos LGBT, Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Conselho Municipal de Educação, de Segurança Alimentar, Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Em comemoração aos seus 30 anos em 2022, o grupo realizou uma solenidade contando com a presença de diversos nomes da política paraibana e ressaltou, em entrevista o líder do movimento resalta que:

Se hoje o Brasil reconhece o direito ao casamento civil homoafetivo, o direito de mudança de nome no registro civil das pessoas trans, sem necessidade da cirurgia de redesignação sexual, a LGBTfobia é equiparada ao racismo para efeito de criminalização, se a liberdade de ensinar sobre gênero e sexualidade foi reconhecida pelo STF, se vários órgãos protetivos para a população LGBTQIA+ existem, dentre outros direitos e políticas públicas, o MEL, colaborou muito para essas transformações sociais, políticas, culturais e direitos (MEL, 2022).

Compreende-se a importância desses movimentos na visibilidade da comunidade LGBTQIAPNB+ paraibana, são através deles que o estado avança em relação a políticas e programas específicos para essa comunidade. Atualmente o estado conta com cerca de 11 entidades espalhadas dentre diversas regiões, sendo eles: o Movimento do Espírito Lilás – MEL; Movimento de Bissexuais – MOVBI; Convergência do Orgulho Rosa, Azul e Roxo – CORAL; Associação Orgulho de Cajazeiras; Movimento LGBTQIA+ de Cajazeiras; Gayrreiros do Vale do Paraíba; Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba - ASTRAPA; Centro da Diversidade LGBTQIAP+ Aliança do Bem – Monteiro; Movimento LGBTQIAP+ de Patos; Grupo Fórum LGBT de Catolé do Rocha e o recente Movimento Viva Luizinha – Sousa.

Apesar de ser um número bom de representações espalhadas pela Paraíba, quando se faz o recorte para o alto sertão do estado os grupos que ali estão quase não são reconhecidos. Alguns poucos relatos e pesquisas encontradas são sobre o Movimento LGBTQIAPNB+ de Cajazeiras, o primeiro registro de uma organização na cidade foi de meados de 1990, que sob influência do MEL, nasceria o Melica ou MEL- sertão. A história da militância LGBTQIAPNB+ de Cajazeiras é contada no trabalho de monografia de Adriano Araújo (2017) que fez parte dos movimentos, ele conta que apesar do primeiro nome do grupo ser Melica, nos poucos registros encontrados em sua pesquisa o nome era ORGULHO – Organização pela União e Luta dos Homossexuais, porém o mesmo não tinha a força dos grupos que se encontravam na capital.

Ainda que tentassem fazer atividades e mobilizações pela cidade de Cajazeiras, segundo Araújo, o grupo por ser pequeno não conseguia potencializar suas ações por diversos motivos que talvez tenham colaborado com o seu fim.

Certamente, pelos motivos apontados nos depoimentos, como o pouco número de militantes, a pouca formação política, as características culturais da cidade, além de outros que percebemos ao longo das falas, como questões financeiras, “falta de interesse”, por exemplo, somando a uma possível centralidade dos planejamentos nos sujeitos apontados como “referências”, por serem reconhecidos como mais “fortes”, “politizados” e “experientes”, não conseguissem ampliar as ações como queriam. E isso, não apenas pela “pouca informação” que tinham, como falam, mas talvez porque as atividades também eram pensadas de forma descontextualizada para o local, quando se estavam importando não apenas as ideias, mas também como o “como executá-las” (ARAÚJO, 2017, p, 37)

Apesar de seu fim, alguns anos depois é criado em 2006 a Associação do Orgulho LGBT de Cajazeiras, que contava em seus primeiros objetivos sensibilizar a população e a mídia, tentar conseguir apoio de todos os meios, auxiliar na profissionalização da comunidade. Diante das dificuldades de mobilizar a população LGBTQIAPNB+ e conseguir atenção e respeito em pleno sertão paraibano, a luta não foi em vão, atualmente a cidade conta com uma Gerência LGBT na prefeitura, que realizou pela primeira vez a Parada da Diversidade em 2022.

Ainda entre as cidades do alto sertão, contamos com o Grupo Fórum LGBT de Catolé do Rocha, atuante desde sua criação em 2010, através de um evento

organizado pelo CREAS da referida cidade, para a formação sobre os direitos LGBTQIAPNB+ sexualidade e violência. Desde então o grupo realiza atividades, eventos e participa de reuniões pelo estado e país. o Fórum conta com site próprio, que disponibiliza diversos artigos, informações sobre as reuniões, fotos e notícias que envolvem a comunidade.

O mais recente dos grupos no sertão é o Movimento Viva Luizinha, fundado neste ano, é composto por pessoas LGBT e aliados da cidade de Sousa, o nome é em homenagem a Luís Carlos Pereira de Sousa “Luizinha”, símbolo de resistência na cidade por ter vivido na década de 70, apesar de ser vítima do preconceito e violência, nunca perdeu a vontade de ser feliz, segundo palavras de João Bosco, assistente social e ativista à frente do movimento, em entrevista ao jornal Diário do Sertão. É válido salientar também as palavras de Paulino Junior, advogado, professor e ativista social da causa LGBTQIAPNB+ no estado.

É importante destacar que existir, no nosso caso, é um ato político, é um ato de resistência. A gente precisa atravessar muitas questões ao longo da vida e eu falo isso do alto de privilégios que consegui ostentar. Existem outras pessoas que, sequer, tem espaço de fala, espaço de protagonismo, e é justamente em nome delas que a gente quer falar, lutar, reivindicar e trabalhar junto para que elas possam também se educar (JUNIOR, 2023).²²

Dentre as conquistas para a comunidade LGBT no estado da Paraíba, está a Lei Estadual nº 10.909 de 08 de junho de 2017, que altera e inclui na Lei nº 7.309/2003 a proibição da discriminação e preconceito em relação a orientação sexual ou identidade de gênero, prescrito no inciso 1º do Art. 1º o entendimento sobre identidade de gênero.

§ 1º Para efeitos desta Lei, a liberdade de identidade de gênero refere-se ao gênero em que a pessoa se identifica, independentemente do que foi registrado em sua certidão de nascimento, e a liberdade de orientação sexual compreende a forma pela qual o cidadão expressa abertamente seus afetos, a maneira que se relaciona emocional ou sexualmente com pessoas do mesmo sexo ou oposto, sejam eles homoafetivos, heteroafetivos ou biafetivos (PARAÍBA, 2017).

Além dessas outras alterações foram feitas para incluir pessoas LGBT, como a Lei nº 8.351/2007 que altera a lei previdenciária nº 8.185/2007 e institui

²² Trecho retirado de entrevista concedida sobre a criação do Movimento Luizinha para o jornal Diário do Sertão. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/634900/video-movimento-viva-luizinha-se-reune-em-sousa-e-cria-primeiro-coletivo-lgbtqiapn-da-cidade.html>. Acesso em: 30 out. 2023

e amplia os direitos previdenciários para casais homoafetivos. O decreto nº 32.159/ 2011 prescreve o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito Estadual. A Lei nº 10.895/2017 que exige a fixação de cartazes nos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos portando o informe sobre a Lei 7.309/2003 já citada aqui, na qual proíbe e pune atos discriminatórios com relação a orientação sexual.

O Estado também criou comitês e conselhos, como Portaria nº 567/2012 com a criação do Comitê Estadual de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba – CEDLGBT, que tem como atribuição a garantia na equidade na atenção à saúde, a promoção e elaboração de propostas voltadas para o público alvo; Conselho Estadual dos Direitos de LGBT da Paraíba pela Lei nº 11.000/2017; A inclusão da Parada LGBT+ de João Pessoa no Calendário Turístico e Cultural do Estado através da Lei nº 11.584/2019.

Para promover o acesso a esses direitos, o Estado conta com dois Centros de Referência dos Direitos LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba, o primeiro sediado na capital João Pessoa que foi criado em 2011, o segundo em Campina Grande foi inaugurado em 2018. Os centros oferecem serviços jurídicos, psicológico, serviço social, direitos humanos e saúde especializada.

No que diz respeito ao jurídico, trabalham com assessoria em casos de violações de direitos; adoção; benefícios previdenciários e processos de retificação de prenome ou alteração do sexo e outros; Na área da psicologia com: oferecem escuta especializada tanto para os usuários LGBTQIAPNB+ quanto para seus familiares, terapia para o processo de transexualização; No âmbito do serviço social: acolhimento com escuta qualificada, para a elaboração de parecer social visando o acesso aos benefícios oferecidos dentre os poderes federal, estadual e municipal; e a Saúde especializada voltada para os usuários que buscam o procedimento de redesignação de sexo, com um Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais que foi implantado pela Secretaria de Saúde do Estado.

O Estado conta também com uma Casa de Acolhimento LGBTQIAP+, inaugurada no ano de 2022, em João Pessoa, visando atender a população LGBTQIAPNB+ que se encontra em situação de rua, violência ou abandono familiar, encaminhados através dos Centros de Referência aqui já citados, coordenado pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana. Apesar dessas conquistas serem um marco para os movimentos, infelizmente a população alvo não tem acesso pleno, devido à falta de conhecimento ou a distância, levando em consideração que os Centros se encontram na capital e no agreste do estado, o que implica na dificuldade do acesso por parte da população que vive no sertão.

3.3 A LUTA NOS DIAS ATUAIS

Diante dos fatos citados neste trabalho, analisaremos neste tópico os impasses atuais da comunidade LGBTQIAPNB+ e seus movimentos. É notório que todas as conquistas vieram através da luta do movimento LGBTQIAPNB+ no Brasil, porém nos últimos anos com o avanço do fascismo no país houve diversas tentativas de excluir a população como sujeitos de direitos.

As políticas públicas para a população LGBTQIAPNB+ surgem no primeiro governo Lula, no início dos anos 2000. Inicialmente se dá por conta da criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2001, conseqüentemente a adição da pauta LGBTQIAPNB+ no Programa Nacional de Direitos Humanos se torna um marco na história. A partir disso que fora possível as demais conquistas, como o Programa Brasil Sem Homofobia em colaboração com a ABGLT, no qual tinha como foco a promoção da cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação, respeitando a especificidade de cada um, ele estabelece a criação de Centros e Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual.

Ademais, outro marco importante foi a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais que aconteceu em 2008 e abriu

portas para o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

A elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem como base as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania. Garantir os recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais, particularidades da pessoa com deficiência, é uma preocupação que perpassa todo o Plano e será levada em conta na implementação de suas ações (BRASIL, 2009)

Dentre os direitos sociais em âmbito nacional estão os conquistados através da aprovação do Supremo Tribunal Federal – STF, dentre elas o reconhecimento de união estável homoafetiva, conceituando-as como uma entidade familiar através da ADPF (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) nº 132 e ADI nº 4.277 de 2011; à discriminação da homossexualidade no âmbito militar por meio da ADPF nº 291 pelo uso de termos pejorativos no Código Penal Militar; RE (Recurso extraordinário) nº 646.721, com a inclusão de casais homoafetivos nos regimes previdenciários; ADI nº 4.275 que prescreve a alteração de nome e identidade de gênero no registro civil, ligada à está o Recurso Extraordinário nº 670.422 que prevê a alteração do nome e sexo no registro de pessoas transexuais sem a cirurgia de redesignação.

Dentre as jurisdições aprovadas está a criminalização da homotransfobia, que ocorreu tardiamente em 2019, sem lei própria, a mesma está incluída na Lei 7.716/89 conhecida como lei de racismo, através do Mandado de Injunção nº 4.733 de relatoria do até então ministro Edson Fachin, a emenda ainda sinaliza a omissão do poder legislativo.

A omissão legislativa em tipificar a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero ofende um sentido mínimo de justiça ao sinalizar que o sofrimento e a violência dirigida a pessoa gay, lésbica, bissexual, transgênera ou intersex é tolerada, como se uma pessoa não fosse digna de viver em igualdade. A constituição não autoriza tolerar o sofrimento que a discriminação impõe (BRASIL, 2019)

Apesar de adquirir direitos essenciais por meio dessas leis e políticas públicas, assim como no caso da Paraíba, o acesso a elas não é pleno e para todos, como deveria ser. Como já citado no capítulo 2 desta pesquisa, a

existência de uma legislação não impede nem previne os casos de violência e discriminação contra pessoas LGBTQIAPNB+. O que comprova isso são as matérias como a da CNN Brasil de maio de 2022, e os dados alarmantes feitos pelos movimentos aqui já citados.

O Brasil é considerado o país que mais mata pessoas LGBTQIAPNB+ no mundo, somente em 2022, foram cerca de 275 mortes violentas de pessoas da comunidade, isso sem contar os casos que não foram registrados como crime de homofobia. Os índices aumentaram diante do cenário político dos últimos anos desde o Golpe de 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff até o início da pandemia em pleno governo fascista de Bolsonaro. Não foi somente os números alarmantes de mortes que aumentou, mas também o número de pessoas conservadoras ligadas a dogmas religiosos no congresso, trazendo como consequência outra forma de violência, o preconceito e tentativa de apagar uma parte da população.

O livro de NOGUEIRA; PEREIRA e TOITIO (2022), explica bem o avanço do conservadorismo no país e como afeta a comunidade e todas os direitos conquistados, ele salienta que durante esses anos “ as principais conquistas passaram a vir do Supremo Tribunal Federal (STF), como a possibilidade de alteração do nome social das pessoas trans direto no cartório, em 2018, e a criminalização da LGBTFobia, em 2019.” (2020). O governo de Jair Bolsonaro foi criado em cima de Fake News, uma delas era o famoso Kit Gay que seriam distribuídos nas escolas pelo antigo governo esquerdista, Nogueira deixa claro a forma como conservadorismo ganhou força.

Aliás, as eleições de 2018 representavam uma batalha decisiva e imprimiram mais uma vitória para as forças conservadoras. A prisão do ex-presidente Lula (candidato à presidência da república), as táticas de disputa ideológica por meio das notícias falsas e do aparato virtual, a difusão dos discursos de ódio aos direitos humanos e aos militantes de esquerda, notadamente aos petistas, marcaram o processo eleitoral viciado e evidenciaram a fragilidade das instituições democráticas (NOGUEIRA, et al, p. 157, 2020)

Naquele período as minorias se tornaram vulneráveis a todo tipo de violência, as comunidades LGBTQIAPNB+, mulheres, negros e índios estavam cada vez mais, a mercê do apagamento das suas histórias e seus direitos, devido à avalanche de desmontes nos equipamentos públicos que tinham como usuários

esses grupos. O Ministério que antes abarcava as pautas LGBTQIAPNB+, no (des)governo se tornou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e as pautas e ações para a comunidade não eram prioridades, além disso, em muito discursos e entrevistas eram menosprezados.

A então ministra Damares, assim como a bancada evangélica defendia os valores da família tradicional heteronormativa, utilizam um discurso ligado a dogmas cristãos para tentar tornar seus ideais em verdade absoluta. Porém, acabam se mostrando contra diversos segmentos a população no geral, como os direitos trabalhistas, por serem discutidas, planejadas e defendidas pelos militantes e políticos de esquerda do país. Nogueira et al (2018) ressaltam isto quando tratam o movimento LGBTQIAPNB+ como um ator político na busca pela garantia da laicidade do Estado prescrita na Constituição de 88.

Ao fazermos o recorte para o estado da Paraíba, nos deparamos também com tentativas de retrocesso como a aprovação do Projeto de Lei nº 051/2017 que visa a proibição de disciplinas que debatam ideologia de gênero ou sexualidade nas escolas públicas e privadas, pela Câmara Municipal da cidade de Sousa. Já na capital João Pessoa também foi aprovado pela Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 514/2017 que prevê também a proibição do ensino sobre gênero nas escolas e educação sexual nas escolas, interligado ao debate do conservadorismo, em pesquisa realizada por meio digital, foi descoberto que os vereadores que propuseram os projetos são de partidos conservadores cristãos.

Com a volta de Lula ao Governo brasileiro, a esperança e melhorias voltaram, assim como a priorização das pautas da comunidade que voltaram a ser inseridas nas agendas governamentais, logo nos primeiros meses de mandato, a criação de uma secretaria específica para a população LGBTQIAPNB+. Segundo o atual Ministro dos Direitos Humanos, professor, advogado e escritor Silvio de Almeida, em seu discurso de posse salienta que a comunidade vai ser um dos focos de seu trabalho e do governo.

Outra vitória para a conta são as representações na política que conseguiram entrar para os congressos na última eleição, uma inspiração e um nome forte é Erika Hilton, paulistana, foi primeira mulher trans eleita em para o

Congresso Federal por São Paulo, também foi a vereadora mais votada da capital paulista, em 2020. Considerada uma das mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo pela BBC em 2022. Sua história, assim como a da maior parte das pessoas trans do país, foi de muita luta, encontrou na prostituição um meio de sustento quando foi expulsa de casa durante a adolescência, se encontrou no mundo da militância quando participou do movimento estudantil, é nesse meio que ela se estabiliza e se torna a mulher forte que hoje conhecemos. Conhecida por seus belos discursos contra a homotransfobia e opressão, ganha cada vez o apreço da população e apoiadores.

Outra representatividade na Câmara dos Deputados Federais, é Duda Salabert, a primeira trans eleita na história de Minas Gerais, professora de literatura, além das pautas da população LGBTQIAPNB+, defende outras causas sociais, tais como a desigualdade, a causa ambiental, educação, saúde e insegurança alimentar. Em entrevista ao jornal Brasil de Fato este ano, ela ressalta que o país precisa se unir para combater as crises climáticas, econômicas e humanitárias que são consequência de um desmonte legislativo e das políticas públicas no país.

Dentre as barreiras impostas pela sociedade, a dificuldade de ter mais representatividade é explicada por Pereira (2018, p.127).

Entendendo esse cenário, não fica difícil de compreender a exclusão de LGBT na arena política e o estrangulamento da ambição política desse público. Primeiro porque é difícil, em um contexto de educação cerceada como o nosso, as pessoas perceberem que a sexualidade e a identidade de gênero, mais do que meras características humanas, são marcadores sociais que definem valores, lugares e desigualdades.

A ausência de representatividade na política não atinge somente a comunidade LGBTQIAPNB+, mas também outros grupos considerados minorias, como mulheres, negros e índios. Porém, há uma esperança que nos próximos anos isso se modifique, é através da representatividade e de uma voz ativa que esses grupos se tornam visíveis perante a sociedade. Mas isso não fica recluso somente à política, as chamadas minorias podem ocupar outros espaços como a mídia, na cultura, na educação e outras áreas.

No meio artístico podemos encontrar diversos nomes que marcaram a história do país, como grande amante da música, eu não poderia deixar passar as representatividades que marcaram e que deixarão seu legado como símbolo de resistência, a música que é um meio de luta, que a cada dia mais se expande. Grandes nomes da música brasileira abriram as portas e inspiraram diversos artistas atuais, dentre eles, Renato Russo, Cazuza, Daniela Mercury, Maria Gadú, Ney Matogrosso, Maria Bethânia, Ana Carolina, Cássia Eller, Sandra de Sá, Marina Lima, Lulu Santos, alguns desses nomes citados sofreram os impactos da ditadura militar, tendo sua arte censurada.

Alguns ainda fazem muito sucesso atualmente e dividem palco com artistas como Pablo Vittar, Liniker, Jaloo, Thiago Pethit, Banda Uó, Jão, Gloria Groove, Linn da Quebrada, Pepita, Lia Clark, Urias, Ludmilla, Anitta, Majur, Silva, Gabeu e etc. Na mídia podemos contar ainda com nomes como o saudosíssimo Paulo Gustavo, que transformava sua arte em risos, Rogéria, Miss Biá, Vera Verão, Jane di Castro, Marco Nanini, Miguel Falabella, Luiza Possi, Bruna Linzmeyer e outros.

Os movimentos colaboram em sua maioria na valorização cultural de artistas que estão iniciando suas carreiras, a arte é uma maneira de mostrar para a sociedade que uma pessoa por ela marginalizada pode chegar aos holofotes. Na Paraíba não é diferente, Bixarte ou Bianca Manicongo, defende esse discurso, poetisa, rapper e atriz, travesti como ela se identifica, através de suas obras, inspiradas nas suas vivencias ela aborda temas relacionados a luta LGBT, ao racismo, xenofobia e as demais formas de preconceito.

A artista que um dia precisou utilizar da prostituição para ter seu sustento, hoje ganha os palcos do país e evidência sempre a causa LGBTQIAPNB+. Tivemos a oportunidade de assistir uma de suas apresentações, realizada este ano no Centro Cultural Banco do Nordeste, localizado no município de Sousa-PB. Ressalta-se um trecho da poesia que lhe fez vencedora do Slam Resistência de 2021.

Mainha eu prometo que vou ser muito feliz. O meu nome é Bixarte, eu não sou prostituta, sou poeta e atriz. E mais, vocês não vão encontrar

o meu corpo preso numa viatura. Se vocês me queriam fazendo programa, prazer eu sou a própria literatura (BIXARTE, 2021).³

Em entrevista sobre a importância do dia do Orgulho LGBTQIAPNB+, Bixarte relata sobre seu trabalho, num espaço que surge de uma origem marginalizada, o preconceito causa limitações.

Ser uma MC travesti dentro da cena do rap no Brasil é ter várias lutas ao mesmo tempo: contra o sistema, contra a massa gourmetizada que deslegitima tanto nossa potência enquanto artista como nossa mulheridade. Meu trabalho enquanto rapper é entrar na indústria musical e afirmar que meu corpo é potência e força. É mostrar para as bichas, lésbicas, bissexuais, não binários e travestis que nós podemos ser o que quisermos ser (BIXARTE, 2020).⁴

De Bixarte com suas poesias cheias de força, para a calmaria da música clássica, Alexsandro, conhecido como Arquiza é drag queen, professora e cantora multi-instrumentista, fez parte da Orquestra Jovem da Paraíba, na Orquestra Sinfônica da Paraíba e na municipal de João Pessoa. Outro nome importante de ser citado é o do pombalense Elon Barbosa, autor da música escrita no início deste trabalho. Diretamente do alto sertão, o músico segue as raízes do pai o professor e músico Luizinho Barbosa. Em entrevista Elon fala sobre a visibilidade através da arte:

Acho que é um campo aberto e tenho percebido cada vez mais a promoção da visibilidade para artistas LGBTQIA+, o que é necessário por uma questão de consciência de luta contra a violência e também por reconhecimento da identidade mesmo. Grito necessário para superar as invisibilidades. Acho que colocar em pauta a homofobia, combater a violência, provocando reflexão tem quebrado muitos preconceitos. A arte é uma ferramenta importante nessa luta porque educa (ELON, 2020).⁵

³ Trecho retirado da apresentação de Bixarte no Slam Resistência de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3EehckxB2qU>. Acesso em: 8 out. 2023.

⁴ Trecho retirado de entrevista concedida ao G1 Paraíba, sobre a importância do dia do orgulho LGBTQIAPNB+ em 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/06/28/artistas-da-paraiba-ressaltam-a-importancia-do-dia-do-orgulho-lgbtq.ghtml>. Acesso em: 5 out 2023.

⁵ Trecho retirado de entrevista concedida ao G1 Paraíba, sobre a importância do dia do orgulho LGBTQIAPNB+ em 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/06/28/artistas-da-paraiba-ressaltam-a-importancia-do-dia-do-orgulho-lgbtq.ghtml>. Acesso em: 5 out 2023.

A ocupação nesses espaços, é um meio de induzir a sociedade a repensar sobre alguns estigmas, além de servir de inspiração e esperança para toda a comunidade LGBT, ter alguém que lhe represente. Sinônimos de resistência, quebram os paradigmas impostos pela sociedade de raiz heteropatriarcal, batendo de frente com o preconceito. Para finalizar esse tópico, destaca-se um trecho do trabalho de Santana e Santos (2018) sobre a visibilidade.

Assim, performances dos artistas, figurinos, letras das canções, arranjos e etc negam uma identidade rígida e fixa. Os sujeitos dessas músicas trazem múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo com legitimidade, em representações de si em contraposição a identidades binárias dominantes e hegemônicas. Em se tratando de uma realidade cultural, tais artísticas e sua produção, mesmo que em consonância, vão muito além de discussões teóricas e políticas pelo exercício de suas várias possibilidades de gênero, sexo e sexualidade (SANTANA; SANTOS, 2018, p. 10).

Encontrar-se no meio artístico como forma de se libertar dos estigmas colocados sobre os corpos LGBTQIAPNB+ e dar voz a toda comunidade, é um meio de resistência e assim como outros colaboram com a visibilidade da comunidade e serve como um pilar para lutar mais ainda pelos direitos e pelo respeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a importância dos movimentos sociais na luta pela visibilidade da população LGBTQIAPNB+ com enfoque no alto sertão paraibano. No decorrer do trabalho foram citados alguns pontos importantes para compreender a invisibilidade e como ela se torna uma forma de violência, tais como as diversas definições de intolerância e violência, abordada através da perspectiva de autores como Chauí (2019) e Yamamoto (2007), passando para a inclusão da invisibilidade como consequência da desigualdade social e suas diversas interpretações. Ainda no segundo capítulo foram expostos como a sociedade criada nos moldes heteropatriarcais tentam apagar a existência de grupos considerados minoria, explicitando as dificuldades da comunidade LGBTQIAPNB+ e do povo nordestino, lembrando os impasses encontradas nos últimos anos e os dados de violência.

No terceiro e último capítulo, foi feita uma breve análise da história do movimento LGBTQIAPNB+ no país, perpassando pelas dificuldades encontradas na época da ditadura militar, período no qual começam a se mobilizar, até a criação dos primeiros movimentos do país na década de 70, que foi o ponto inicial para o debate e a luta do povo LGBTQIAPNB+ em busca de seus direitos. É abordado também as ligações dos movimentos com a política do país e como sua expansão trouxe frutos para a comunidade, reverberando até os dias atuais. Outrossim, é explicitado a história dos movimentos na Paraíba, ressaltando suas conquistas no âmbito estadual. Ademais, são evidenciados os impasses que surgiram nos últimos anos no país, como o sucateamento das políticas públicas em meio ao crescimento do conservadorismo nos espaços políticos do Brasil. Salientando a importância da representatividade nos diversos âmbitos como a política e a cultura.

Foi de suma importância trazer à tona essa temática, focado na região do alto sertão que é popularmente conhecida por suas raízes conservadoras e sua brutalidade, e pouco se fala ou se tem abertura para debater assuntos que envolve identidades de gênero ou orientação sexual. Apesar das dificuldades encontradas no decorrer desta pesquisa, devido ao acervo limitado de pesquisas e estudos sobre a temática envolvendo o Nordeste, mais precisamente o sertão da Paraíba, esperasse colaborar e influenciar através desta produção com futuras pesquisas acadêmicas.

Diante disto, compreende-se foi através da luta e da resistência que a

comunidade LGBTQIAPNB+ conseguiu alcançar os direitos e o lugar no qual se encontram atualmente, entretanto, apesar das diversas conquistas ainda vivemos num país onde a desigualdade social atinge maior parte da população, deixando os grupos tratados como minorias a mercê da pobreza e marginalização, implicando na falta de acesso aos direitos básicos e necessários para viver e no acesso à políticas específicas para essa população.

Destaca-se aqui que o aumento da intolerância e violência nos últimos anos, surge a partir de grupos com ideários fascistas nos quais é impossível dissociar de estigmas e dogmas ligados às questões religiosas, utilizando dessa característica para alcançar um público maior, formando assim, um exército de apoiadores. Faz-se necessário incitar que futuras pesquisas abordem a temática LGBTQIAPNB+ ligada as questões religiosas para melhor compreensão da história.

Ademais, é válido ressaltar que apesar dos mais de 40 anos da luta dos movimentos LGBTQIAPNB+ no país, esse é só o início. Com a força e a visibilidade que alcançamos até agora, não é o momento de desistir, mas sim, de valorizar a nossa história, nossa luta, nossa arte e nossa música que se constituem como um pilar importante.

Consideramos justa toda forma de amor...

Lulu Santos

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT. **Ferramentas jurídicas estaduais da Paraíba**. Disponível em: <https://www.abglt.org/paraiba>. Acesso em: 28 out. 2023.

ABGLT. **História de Luta**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.abglt.org/historia>. Acesso em: 17 jul. 2023. Acesso em: 30 ago. 2023.

Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil: Relatório 2020**. Florianópolis. Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: < https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie_2020_Observatorio_Mortes_Violencias_contra_LGBTI_Brasil-AconteceLGBTI_GGB.pdf.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

ALBERTO, Sóstenes. **Intolerância e violência: o desrespeito ao lugar do outro**. 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2.ed. São Paulo: Intermeio, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4092240/mod_resource/content/1/DURVAL%2C%20M.%20Nordestino%20-%20Inven%C3%A7%C3%A3o%20do%20falo%20-%20CAP%20-%20A%20inven%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20macho.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

ALMEIDA, Diogo; ALMEIDA, Luana. **Artistas da Paraíba ressaltam a importância do Dia do Orgulho LGBTQ+**. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/06/28/artistas-da-paraiba-ressaltam-a-importancia-do-dia-do-orgulho-lgbtq.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2023.

ARAÚJO, Adriano Costa de. **Bonecas militantes: experiência de militância homossexual na cidade de Cajazeiras – Paraíba**. Monografia – Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4630/3/ADRIANO%20COSTA%20DE%20ARA%20-%20TCC.%20LICENCIATURA%20PLENA%20EM%20HIST%20-%20017.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais**. Disponível em:

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> . Acesso em: 1 out. 2023.

BENEVIDES, Bruna. **DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2022**. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>> Acesso em: 1 out. 2023.

BISPO, G. S; CRUZ, G. D. M. Liberdade de expressão e o discurso de ódio contra nordestinos nas eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022 no Brasil: uma análise do conflito entre direitos fundamentais. **Direito UNAFACS** – Debate Virtual- Qualis A2 em Direito, v. 0, n. 280, 2023. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8474/0>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL continua sendo o País que mais mata pessoas LGBT's no mundo, revela estudo do Grupo Gay da Bahia. **Agência de Notícias da AIDS**, 2023. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-lgbts-no-mundo-revela-estudo-do-grupo-gay-da-bahia/>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL, Cnn. **LGBTQIA+ 54% não sentem segurança no ambiente de trabalho**. São Paulo, 2022. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lgbtqi-54-nao-sentem-seguranca-no-ambiente-de-trabalho/>>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. Brasília, DF: Diário Oficial da União. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275. Direito constitucional e registral**. Pessoa transgênero, alteração do prenome e do sexo no registro civil. Distrito Federal, 2018. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 132**. União homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 291**. Art. 235 do Código Penal Militar, que prevê o crime de “pederastia ou outro ato de libidinagem”. Distrito Federal, 2015. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10931627>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Direito das pessoas LGBTQIAP+**. Supremo Tribunal Federal, Brasília, p. 139. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/12/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Injunção 4.733**. Dever do estado de criminalizar as condutas atentatórias dos direitos fundamentais. Homotransfobia. Distrito Federal, 2019. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 646.721**. A aplicação do art. 1.790 do Código Civil à sucessão em união estável homoafetiva, inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13579050>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 670.422**. Retificação do nome e do gênero sexual, utilização do termo transexual no registro civil. Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788>. Acesso em: 01 out. 2023.

CAJAZEIRAS. **Mobilização: grande público prestigia 1ª Parada da Diversidade em Cajazeiras**. 2022. Disponível em: <https://cajazeiras.pb.gov.br/informa.php?id=1227>. Acesso em: 30 out. 2023.

CÂMARA, Amanda B. P. “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Caderno de Humanidades em Perspectivas**, v. 5, p, 48-62. 2021. Disponível em:

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1401>.

Acesso em: 22 nov. 2023.

CAMARGO, Aspásia. **História das Ligas Camponesas. Memorial das Ligas e Lutas Camponesas**. Disponível em:

https://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99#:~:text=As%20Ligas%20Camponesas%20foram%20associa%C3%A7%C3%B5es,de%20Jo%C3%A3o%20Goulart%20em%201964. Acesso em: 26 out. 2023.

CARMO, C. M. **Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância; uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação de ódio no contexto brasileiro**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 64, p. 201-203. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rieb/a/gjKScQCrZpKtyM6mHz7S38g/?lang=pt#>. Acesso em: 13 set. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a Violência**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

COGO, Paulo. **Invisibilidade das pessoas LGBT**. Revista Lado A. Curitiba. 19 de julho de 2015. Disponível em:

<https://revistaladoa.com.br/2015/06/noticias/invisibilidade-das-pessoas-lgbt#:~:text=Assim%2C%20os%20aspectos%20centrais%20da,automaticamente%20invis%C3%ADvel%20aos%20meus%20olhos>. Acesso em: 30 set. 2023.

CONGRESSO EM FOCO. **Um LGBTI+ é assassinado a cada 34 horas no país, aponta relatório. Central Única dos Trabalhadores**. 2023. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/mm-lgbti-e-assassinado-a-cada-34-horas-no-pais-aponta-relatorio-b8eb>. Acesso em: 3 out. 2023.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Ministério da Saúde, Brasília, 2004. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

COSTA, Brenda M; LIMA, Maria Lúcia C. **Mapeamento de políticas públicas destinadas a pessoas LGBT: algumas conquistas e muitos desafios**.

Periódicus, Salvador, n. 16, v. 3, p. 121-132, 2021. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/636741784/36829-Texto-do-Artigo-186344-1-10-20211218>. Acesso em: 3 out. 2023.

DANTAS, Michael Hudson. **Sobreviventes! Violência contra LGBT no Nordeste brasileiro**. Natal, 2020, p. 181. Dissertação de mestrado (serviço social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/368270/intolerancia-contranordestinos-possiveis-causas-e-origem>. Acesso em: 13 out. 2023.

FACHINI, Tiago. **Mês do orgulho LGBTQIAP+: direitos e conquistas do movimento**. ProJuris. 2023. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/mes-do-orgulho-lgbtqiap-direitos-e-conquistas-do-movimento/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, v. 1, p. 91- 120.

FILHO, M. A. **Nas sombras do subdesenvolvimento**. Jornal da Unicamp, Campinas, n. 236, p. 6, 3-9 nov. 2003. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2003/ju236pag06.html. Acesso em: 13 out. 2023.

GARZA, C. D. L. **Xenofobia**. Laboreal, v. 7, n. 2, 1 dez. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/7924>. Acesso em: 13 out. 2023.

GOMES, Polyanna. **98 anos de Elizabeth Teixeira: uma mulher marcada para viver!**. Brasil de Fato PB. João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2023/02/13/98-anos-de-elizabeth-teixeira-uma-mulher-marcada-para-viver>. Acesso em: 26 out. 2023.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Espaço LGBT de Campina Grande completa um ano de funcionamento**. 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/espaco-lgbt-de-campina-grande-completa-um-ano-de-funcionamento>. Acesso em: 30 out. 2023.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Governo comemora 10 anos do Espaço LGBT de João Pessoa**. 2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-mulher-e-da-diversidade-humana/noticias/governo-comemora-10-anos-do-espaco-lgbt-de-joao-pessoa>. Acesso em: 30 out. 2023.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Governo do Estado cria Comitê de Saúde da população LGBT**. 2012. Disponível em: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-49337.html>. Acesso em: 28 out 2023.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Governo inaugura Casa de Acolhida LGBTQIAP+ da Paraíba, nesta terça-feira**. 2022. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-inaugura-casa-de-acolhida-lgbtqiap-da-paraiba-na-proxima-terca-feira#:~:text=O%20servi%C3%A7o%20tem%20capacidade%20de,Jo%C3%A3o%20Pessoa%20e%20Campina%20Grande>. Acesso em: 30 out. 2023.

GRUPO ALTENTICA. **Escritos de Marilena Chaui – Sobre a violência.** Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R0YvaTEOiJQ>. Acesso em: 13 set. 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2019.** Salvador. Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatórios anuais de mortes LGBTQ+. 2021.** Disponível em: <https://grupogaydabahia.wordpress.com/relatorios-aneais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GUEDES, Maria Julia. **Rebelião de Stonewall: qual a sua importância para o movimento LGBTQ+ nos dias atuais?**. Politize, Florianópolis, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/rebeliao-de-stonewall/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

HERÓI OU BANDIDO? Quem foi Lampião e o que ele representou para o cangaço. Revista Galileu. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/07/heroi-ou-bandido-quem-foi-lampiao-e-o-que-ele-representou-para-o-cangaco.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2023.

HERZOG, Regina. **Do preconceito à intolerância: quando se rouba a humanidade do outro.** Ágora (PPGTP/UFRJ), v. 22, p. 273-279, 2019.

JUNIOR, João Gomes. **40 anos do Adé Dudu: a história do Grupo de Negros Homossexuais.** Portal Geledés. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/40-anos-do-ade-dudu-a-historia-do-grupo-de-negros-homossexuais/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MACRAE, Edward J. B. N. **Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil.** In QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). História do Movimento LGBTQ no Brasil. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, v. 1, p. 39-62.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENEZES, Moisés Santos de, et al. LGBTQ e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações. **CONQUEER.** Campina Grande, Realize Editora, 2018, p, 419-130. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/40228>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p. disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

MOTT, Luiz. **O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia**. In: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, v. 1, p. 211-225.

NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís; MARRO, Kátia (orgs.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. Expressão Popular, São Paulo. 2018.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael (org). **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo. Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo. 2022.

NORDESTE é a região com mais mortes violentas de LGBTQIA+. **Cidade Verde**, 2023. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/385790/nordeste-e-a-regiao-com-mais-mortes-violentas-de-lgbtqia->. Acesso em: 13 out. 2023.

NORDESTE é a região que mais vitimou pessoas LGBT+ Alagoas é o estado mais violento. **Agência de Notícias das Favelas**, 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/nordeste-e-a-regiao-que-mais-vitimou-pessoas-lgbt-alagoas-e-o-estado-mais-violento/>. Acesso em: 13 out. 2023.

OBSERVATORIO DE TURISMO. **Relatório de monitoramento: Parada do Orgulho LGBT+ 2022**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://observatoriodeturismo.com.br/wp-content/uploads/2022/09/RELATORIO-PARADA-LGBT-2022-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 23 nov, 2023

OLIVEIRA, Thiago de Lima. **Levantar bandeira e dar pinta: inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias**. Bogoas – Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades. v. 11, p. 319-351, 2017.

PARAÍBA. **Decreto estadual nº 32.159 de 25 de maio de 2011, dispõe o uso do nome social.** Governo da Paraíba. 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/indiretas/ouvidoria-geral-do-estado/legislacao/decreto-nome-social-doe-pb-26-mai-11-pg03-32-159-2011.pdf/view>. Acesso em: 28 out ..2023.

PARAÍBA. **Lei Nº 10909 de 08 de junho de 2017 que altera a Lei nº 7.309/2003.** Diário Oficial Estadual. 2017. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2017/junho/diario-oficial-09-06-2017.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

PARAÍBA. **Lei Nº 8.351 de 19 de outubro de 2007 que altera dispositivos da Lei nº 7.517/2003.** Diário Oficial Estadual. 2007. Disponível em: <http://pbprev.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/211007-LEI-No.-8.351-de-19-10-2007.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

PEREIRA, C. F. Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. **Revista Ártemis**, v. 24, n. 1, p. 120-131. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/35710>. Acesso em: 5 out. 2023.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda.** Nexo Jornal, São Paulo. 19 de abril de 2022. Políticas públicas. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

PIRES, F. M.; MIDÕES, A. C. D.; Evasão Escolar e Diversidade de Gênero: um estudo de suas relações no âmbito escolar. **Ciência em Evidência**. 2022.

PROJETO que proíbe ideologia de gênero em escolas é aprovado em Sousa, na PB. **G1**. João Pessoa. 06 dez, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/projeto-que-proibe-ideologia-de-genero-em-escolas-e-aprovado-em-sousa-na-pb.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PSOL. **Erika Hilton: primeira mulher trans eleita deputada federal em SP chega à Câmara.** 2023. Disponível em: <https://psol50.org.br/erika-hilton-primeira-mulher-trans-eleita-deputada-federal-em-sp-chega-a-camara/>. Acesso em: 5 out. 2023.

QUINALHA, R. H. **Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro.** In: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, v. 1, p. 17-35

REDAÇÃO BDF. **Conheça o Movimento do Espírito Lilás: há 30 anos atuando na defesa da população LGBTQIAP+**. Brasil de Fato Paraíba. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2022/03/10/conheca-o-movimento-do-espírito-lilas-ha-30-anos-atuando-na-defesa-da-populacao-lgbtqiap>. Acesso em: 28 out. 2023.

RIBEIRO, Jocenilson; "Xenofobia e Discurso de Ódio ao Estrangeiro no Espaço de Enunciação da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai)", p. 263 -292. In: **Processos Psicossociais de Exclusão Social**. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/13-22196> . Acesso em: 13 out. 2023.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Angela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção**. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde, Rio de Janeiro, v. 2, p. 31-41, dez. 2008.

SAMPAIO, Cristiane. **‘Quero que o debate seja muito mais político que ideológico’, afirma deputada Duda Salabert**. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/19/quero-que-o-debate-seja-muito-mais-politico-do-que-ideologico-afirma-deputada-duda-salabert>. Acesso em: 6 out. 2023.

SANTANA, Gilvan da Costa et al. **Música queer brasileira**. Realize Editora. Campina Grande, p. 480-491. 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/40233>. Acesso em: 5 out. 2023.

SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade. **Cultura material e ativismo: o Design Gráfico como ferramenta de militância do grupo *Nós Também***. Dissertação (Pós-Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 146. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35536/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Bruno%20Leonardo%20de%20Andrade%20Santana.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

SANTOS, Wilson Alvares dos. Cangaco: um movimento social. **Revista Caribeña de Ciências Sociais**. 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/02/cangaco-movimento-social.html>. Acesso em: 26 out. 2013.

SAPL- Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. Projeto de Lei Ordinária nº 514 de 2017. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/materia/69590>. Acesso em: 28 nov, 2023

SCHUQUEL, Thayná. **Primeira MP de Bolsonaro exclui LGBTs de políticas de Direitos Humanos**. Metrôpoles. 2019. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/primeira-mp-de-bolsonaro-exclui-lgbts-de-politicas-de-direitos-humanos>. Acesso em: 3 out. 2023.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. **Parada do Orgulho LGBT se consolida como a maior do mundo e movimentada a economia da capital.**

Cidade de São Paulo. 2022. Disponível em:

<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/parada-do-orgulho-lgbt-se-consolida-como-a-maior-do-mundo-e-movimentada-a-economia-da-capital>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SILVA, E. L. S. Neoconservadorismo e ofensivas antigênero no Brasil: a mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. **REBEH**, vol 04, n 14, p, 331-363. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12172>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, S. M. P.; FRANÇA, M.H.O; MACIEL, V.V. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katalysis**, v. 23, p. 239, 2020

SLAM RESISTÊNCIA. Bixarte (vencedora) – Final Slam Resistência – dezembro 2021. Youtube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3EehckxB2qU>. Acesso em: 8 out. 2023.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria.** In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SOUZA, Gisele. **Boa notícia: Duda Salabert é a primeira deputada federal trans eleita da história de Minas Gerais.** Agência de Notícias da AIDS. 2022. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/boa-noticia-duda-salabert-e-a-primeira-deputada-federal-trans-eleita-da-historia-de-minas-gerais/>. Acesso em: 6 out. 2023.

STRIEDER, R. **Da indiferença e intolerância para a sensibilidade social.** Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 12, n.2, p. 121-132, 2005.

TAVARES, Priscila. **Movimento Viva Luízinha se reúne em Sousa e cria primeiro coletivo LGBTQIAPN+ da cidade.** Diário do Sertão. 2023.

Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/634900/video-movimento-viva-luizinha-se-reune-em-sousa-e-cria-primeiro-coletivo-lgbtqiapn-da-cidade.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

TOMÁS, Júlia Catarina de Sá Pinto. **A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica.** Mundos sociais: saberes e práticas. 2008. p. 1-7, série 285

TOMÁS, Júlia. **A invisibilidade social, uma construção teórica.** Anais do Colóquio “Crises das Socializações”. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 4 ed. Atlas. São Paulo, 1987, p. 173. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

VASCONCELO, Marcelo. **Intolerância contra nordestinos: possíveis causas e origem**. Migalhas, 2022.

VIDICA, Leticia. **LGBTfobia: Brasil é o país que mais mata quem apenas quer ter o direito de ser quem é**. CNN Brasil. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/>. Acesso em: 3 out. 2023.